

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BRUNNA MACIEL DE CARVALHO

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento
do Carmo, para práticas educativas

São Luís

2019

BRUNNA MACIEL DE CARVALHO

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Goretti Cavalcante de Carvalho

São Luís

2019

Carvalho, Brunna Maciel de.

A educação patrimonial: um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas / Brunna Maciel de Carvalho. – São Luís, 2019.

81 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Maria Goretti Cavalcante de Carvalho.

1.Educação Patrimonial. 2.Museu. 3.Memória. I.Título.

CDU: 37:069

BRUNNA MACIEL DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: um estudo das possibilidades de acesso e utilização no
Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 16 /12 /19

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Goretti Cavalcante de Carvalho (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Iva Souza da Silva

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a M.^a Terezinha de Jesus Amaral da Silva

Universidade Fernando Pessoa

A Deus, em primeiro lugar, e a Nossa Senhora do Carmo, à minha família, a todos os meus amigos que não me abandonaram e à minha orientadora, Maria Goretti Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela sua poderosa proteção, e a Virgem Maria, por ter me acalentado em todos os momentos de aflição. Reconheço que, sem a intercessão divina, não teria conseguido concluir com êxito este Trabalho de Conclusão de Curso.

A minha eterna gratidão também a todos os meus familiares, minha mãe, Sonia, minha vizinha Maria José, o meu tio Marcelo e o meu avô Paulo, que não está mais aqui na Terra, mas que contribuiu muito para eu chegar até aqui. São poucos, mas nunca me abandonaram e me deram todo o suporte e amor necessário em todos os momentos.

Agradeço, com o todo o meu coração, às pessoas que não fazem parte da minha família de sangue, mas que eu as considero como tal: à minha grande amiga e confidente Natália Veiga, por todo o carinho e puxões de orelha; ao meu namorado Lucas Raphael, pelo carinho e pela confiança que sempre teve comigo, meu grande e mais lindo amor.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, com quem pude compartilhar momentos de desespero e felicidade. Agradeço pelas lições e pelas risadas. Ela é uma grande inspiração para a minha carreira profissional, pois é uma excelente professora e faz tudo com muito amor e dedicação.

Um agradecimento especial à minha parceira de orientação, Brenda Ediane, durante toda a graduação compartilhamos momentos ímpares para a nossa trajetória — especialmente esse processo de monografia.

Com muito carinho, agradeço à “Turma João José Mendonça”, que foi a turma de Pedagogia 2015.1, da UEMA. Desejo a todos uma vida bela e feliz, que o sucesso seja a consequência da nossa felicidade. Minha eterna gratidão a essa turma que fez história!

Agradeço, carinhosamente e imensamente, à equipe do Museu dos Capuchinhos e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, como a Maria Iraci, que é uma profissional maravilhosa, tem minha admiração e amizade. Minha fiel gratidão à Jordana, Dona Elizangela, Seu Nascimento, Diana, Joshua, Dona Liliane, Laissa, Frei Wanderlan, entre outros profissionais que fazem parte dessa grande missão no Museu e na Igreja.

Agradeço, também, aos amigos que, ao longo dessa caminhada, sempre me apoiaram: Valéria, Joseane, Kelly, Julyenne, Karen, Yasmim, Deusuita, entre outros que compartilharam da felicidade e do desespero de entrar na vida acadêmica.

Agradeço a todos os meus amigos, seja os que eu conheci na Universidade, na escola, na igreja ou na vida, meu muito obrigada! Vocês certamente são a minha segunda família!

Agradeço, ainda, à UEMA, onde eu confirmei que a vida acadêmica é linda, mas árdua. Nesse local, pude vivenciar experiências incríveis e que me ensinaram muito. Pude conhecer pessoas, como professores e colegas, que me ensinaram a me superar a cada dia. Muito obrigada!

Por fim, agradeço por este momento, que sei que é apenas o começo de uma longa e desafiadora jornada.

“Não podemos construir uma história esquecendo do nosso passado”(ARAÚJO, 2011).

RESUMO

Este trabalho volta-se para a discussão em torno da Educação Patrimonial, destacando a sua importância para a educação e a forma como ela é processada no ambiente de memória como o museu. Nesse sentido, teve-se como objetivo estudar as possibilidades de acesso e de uso no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, em São Luís-MA, para práticas de Educação Patrimonial. O eixo temático desta pesquisa ofereceu um significado mais abrangente, prático e social do que se costuma observar em uma educação formal. Segundo Horta (1991), este tipo de educação pode ser tratado como um processo sistemático e permanente, centrado no Patrimônio Cultural, de forma que a prática pedagógica seja baseada em questionamentos e experiências, com vista aos conceitos e conhecimentos. O museu, uma das instituições de memória mais conhecidas pela sociedade, tem a função de salvaguardar os bens culturais, assim como, segundo a Política Nacional de Museus, democratizar o acesso aos bens culturais, contando com uma gestão democrática para facilitar o diálogo entre acervo e a sociedade (BRASIL, 2009). Para esta pesquisa, o foco esteve no Museu dos Capuchinhos, administrado pela curadora Maria Iraci Soares Monteiro. O referido museu foi pensado pelo Frei Ângelo Faloni, que idealizou o recolhimento de alguns objetos no intuito de preservar as lembranças significativas da trajetória dos Capuchinhos no Maranhão, como fotografias, documentos, objetos de vida cotidiana, alfaia, utensílios de cozinha, imagens sagradas, livros antigos, pinturas feitas por frades, entre outros artefatos, compondo, assim, o museu. Em 2007, sua inauguração foi realizada com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Museu de Arte Sacra do Maranhão. Para uma melhor compreensão, dividiu-se o estudo em pesquisa documental sobre as temáticas: Educação Patrimonial, legislações, museus e sua importância e o próprio Museu dos Capuchinhos. Em seguida, partindo de uma perspectiva de observação participante, foram identificados métodos e técnicas de organização das coleções de peças do museu, para que, por fim, fossem examinadas, na organização da instituição, as possibilidades de práticas educativas para a preservação do patrimônio cultural, com vista à Educação Patrimonial. Seu desenvolvimento se deu em torno da seguinte problemática: de que forma os museus, tomando como exemplo o Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, têm criado situações para que haja diálogo entre o acervo disposto e o público à luz da Educação Patrimonial? Diante dos dados obtidos, notou-se que o Museu dos Capuchinhos da Província Nossa Senhora do Carmo tem a responsabilidade de carregar a história de missionários que, para além de levarem os princípios da fé cristã católica, tiveram a participação na construção histórica da cidade de

São Luís. Apesar de não ter um corpo de profissionais na área da educação, há a preocupação de fazer um planejamento pedagógico para ações educacionais a fim de levar o nome da instituição para outros lugares, assim como trabalhar nos indivíduos da comunidade o sentimento de pertencimento do local e da sua história.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Museu. Memória.

ABSTRACT

This research intends to discuss about the Heritage Education, highlighting its importance for education itself and how it is processed in the memory's ambient like the museum. Therefore, it aims to study the possibilities of access and utilization in the Museu dos Capuchinos, in Convento do Carmo, in São Luís-MA, for Heritage Education practices. The thematic axis of this research offers a wider, more practical and social meaning of what is usually observed in a formal education. According to Horta (1991), this type of education can be treated as a permanent and systematic process, centered on Cultural Heritage, so that the pedagogical practice is based in questions and experiences, observing the concepts and studies. The museum, one of the best known memory institutions in society, has the function of protect the cultural goods, as well as, according to the Política Nacional de Museus, democratize access to cultural goods, relying on democratic management to facilitate the dialogue between heritage and the society (BRASIL,2009). For this research, the focus was on the Museu dos Capuchinhos, administered by curator Maria Iraci Soares Monteiro. This museum was designed by Friar Ângelo Faloni, who idealized the collection of some objects in order to preserve the significant memories of Capuchinho's trajectory in Maranhão, such as photographs, documents, daily objects, implements, kitchen utensils, holy images, old books, painting made by friars, among other artifacts, thus composing the museum. In 2007, its inauguration was held with the support of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) and of the Museu de Arte Sacra do Maranhão. For better understanding, the study will be divided into documental research about topics such as: Heritage Education, legislations, museums and its importance, as well as the Museu dos Capuchinhos itself. Subsequently, it will proceed from a perspective of participant observation, identifying the methods and techniques of organization of the archive of museum pieces, so finally the possibilities of educational practices for the preservation of cultural heritage be examined in the organization of the institution, observing the Heritage Education. Its development took place in the following problem: in what way have museums, like the Museu dos Capuchinhos, in Convento do Carmo, created situations for dialogue between the available archive and the public under influence of Heritage Education? Based on the studies obtained from the research, it was observed that the Museu dos Capuchinhos from Nossa Senhora do Carmo Province has the responsibility of carrying the history of missionaries who, besides taking their principles of the catholic Christian Faith, had participation in the historical construction of the city of São Luís. Although there is no body of professional in the area of education,

there is a concern to make a pedagogical planning for educational actions in order to take the name of the institution to other places, as well as to work in the individuals of the community the feeling of belonging to the place and its history.

Keywords: Heritage Education. Museum. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Museus em números	26
Figura 2 – Museus em números	26
Figura 3 – Compromisso constitucional	30
Figura 4 – Claustro da Igreja do Carmo.....	37
Figura 5 – Corredor externo	37
Figura 6 – Corredor interno.....	38
Figura 7 – Auditório.....	38
Figura 8 – Sala de móveis	38
Figura 9 – Sala de imagens	39
Figura 10 – Crucifixo	40
Figura 11 – Imagem de São José.....	41
Figura 12 – Imagem de São Pedro	41
Figura 13 – Via Sacra.....	42
Figura 14 – Relicário.....	42
Figura 15 – Cálice	43
Figura 16 – Lápide	43
Figura 17 – Sino	44
Figura 18 – Badalo	44
Figura 19 – Tela de Daniel de Samarate	45
Figura 20 – Tela de D. Fr. Marcelino de Cusano Milanino	46
Figura 21 – Piano	47
Figura 22 – Fotografias	47
Figura 23 – Câmera filmadora	48
Figura 24 – Higienização dos livros capuchinhos.....	50
Figura 25 – Restauração da imagem de Nossa Senhora do Carmo.....	51
Figura 26 – Técnica de Paspatur	52
Figura 27 – Metodologia do processo de Educação Patrimonial.....	56
Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Patrimonialno Brasil nos anos de 1937 a 2013 (continua).....	58
Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Patrimonial no Brasil nos anos de 1937 a 2013 (conclusão).....	58

Figura 28 – Oficina de música na “Casa do Pão”	61
Figura 29 – Visita de instituição escolar ao Museu dos Capuchinhos.....	64
Figura 30 – III Campanha Estadual de Incentivo à Leitura	64
Figura 31 – Pesquisadora no Museu dos Capuchinhos	65

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
Geduc	Gerência de Educação Patrimonial e Projetos
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MAC-USP	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
MAM/SP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MAM/RJ	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis
MEC	Ministério da Educação
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
Minom	Movimento Internacional da Nova Museologia
OFM.Cap	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O MUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	21
2.1	Os museus no Brasil: a história por trás das peças.....	21
2.2	A memória como fonte da construção museológica	27
2.3	O patrimônio cultural e a importância de salvuardá-lo	31
3	O MUSEU DOS CAPUCHINHOS: suas técnicas e métodos de organização ...	34
3.1	O Museu dos Capuchinhos: o retrato de uma missão.....	34
3.2	As principais peças que contam a história da missão capuchinha	39
3.3	As técnicas e os métodos de organização da coleção das peças capuchinhas.....	48
4	A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: resultados e discussões	53
4.1	A Educação Patrimonial: conceito e singularidades.....	53
4.2	A prática educativa no espaço de memória como o museu	57
4.3	O Museu dos Capuchinhos e suas práticas educativas	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICES	75

1 INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial, eixo temático desta pesquisa, oferece um significado mais abrangente, prático e social do que se costuma observar em uma educação formal. Segundo Horta (1991), esse tipo de educação pode ser tratado como um processo sistemático e permanente, o qual é centrado no Patrimônio Cultural, de forma que a prática pedagógica seja baseada em questionamentos, experiências, com vista aos conceitos e conhecimentos.

Partindo dessa prática pedagógica, busca-se levar os indivíduos a um processo que, conforme a historiadora, é ativo de conhecimento e de valorização da sua determinada herança cultural, orientando-os para o bom uso dos bens contidos no patrimônio cultural e propiciando a criação de novos elementos culturais (HORTA, 1991).

Dessa forma, compreende-se que a educação, como fenômeno social, deve acompanhar a formação dos cidadãos em diferentes aspectos da vida cotidiana, incluindo as manifestações culturais. Mas, por que é tão importante apresentar, questionar, incentivar, entre outras ações da Educação Patrimonial, para os indivíduos as temáticas do patrimônio cultural?

Em primeiro lugar, é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), a qual assegura, em seu artigo 215, que o Estado deve garantir a todos o conhecimento e o exercício aos direitos culturais, de modo que deverá incentivar e valorizar a difusão de manifestações culturais (BRASIL, 1988). Isso ocorrerá por meio de algumas ações, entre elas: a criação de um Plano Nacional de Cultura que defenderá o patrimônio cultural brasileiro.

Em consonância, espera-se que a sociedade seja levada a reconhecer que o patrimônio cultural traz consigo um sentimento de pertencimento coletivo — podendo ser uma história compartilhada, uma localização, uma dança típica ou outros elementos, desde que interliguem várias pessoas por uma mesma identificação.

Para que se inicie esse processo de pertencimento, é preciso estar disponível para entender e valorizar as instituições de memória, como o Museu dos Capuchinhos, localizado no Convento do Carmo, em São Luís-Maranhão (MA), objeto de estudo deste trabalho.

O museu, uma das instituições de memória mais conhecidas pela sociedade, tem a função de salvaguardar os bens culturais, assim como, segundo a Política Nacional de Museus, democratizar o acesso aos bens culturais, contando com uma gestão democrática para facilitar o diálogo entre acervo e sociedade (BRASIL, 2009).

Cabe explicitar que o foco esteve no Museu dos Capuchinhos, administrado pela curadora Maria Iraci Soares Monteiro. O referido museu foi pensado pelo Frei Ângelo Faloni, pelo qual foram recolhidos alguns objetos no intuito de preservar lembranças significativas da trajetória dos Capuchinhos, italianos que fundaram em uma missão indígena desde 1894, como fotografias, documentos, objetos de vida cotidiana, alfaías, utensílios de cozinha, imagens sagradas, livros antigos, pinturas feitas por frades, entre outros artefatos que compõem o museu. Em 2007, sua inauguração foi realizada com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Museu de Arte Sacra do Maranhão.

Nesse sentido, Frei José Rodrigo de Araújo, denominado doravante “Frei Rodrigo” (ARAÚJO, 2011, p. 1), um grande incentivador da manutenção do Museu dos Capuchinhos, afirma que: “O museu quer ser uma estrutura viva e falante, que narre a história da Igreja do Carmo e como esta fez ou faz parte da história de São Luís. Seu valor não está nas preciosidades de suas peças, mas na documentação de nossa história”.

A partir da fala de Frei Rodrigo, pode-se perceber que o pesquisador, professor interessado em pesquisar nessa instituição, dialoga com o passado, que está ligado diretamente à história da cidade de São Luís, isto é, uma história cultural específica de um período histórico e de personagens que influenciam, até hoje, a cultura local.

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende discutir a Educação Patrimonial, destacando a sua importância para a educação em si e a forma como ela é processada no ambiente de memória como o museu. Entende-se que quem a pratica tem a devolutiva de construção cidadã, valorização e respeito no tocante à história cultural pertencente.

Para uma melhor compreensão da temática em questão, divide-se a presente pesquisa em três partes. Na primeira parte, com base em acervo bibliográfico, discorre-se acerca dos seguintes tópicos: Educação Patrimonial, legislações, museus e sua importância e Museu dos Capuchinhos. Na segunda parte, sob a perspectiva da observação participante, realiza-se a identificação dos métodos e das técnicas de organização das coleções de peças do museu em foco. Na terceira parte, examina-se, na organização da instituição, as possibilidades de práticas educativas para a preservação do patrimônio cultural, com vista à Educação Patrimonial.

O desenvolvimento da pesquisa voltou-se para a seguinte problemática: de que forma os museus, tomando como exemplo o Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, têm criado situações para que haja diálogo entre o acervo disposto e o público, à luz da Educação Patrimonial?

Tendo em vista essa questão, sabe-se que a Educação Patrimonial é uma vertente educativa importante para a preservação e a valorização do patrimônio cultural, assim como

os bens que nele estão inseridos, de modo que inclua a sociedade como um todo. Para isso, é preciso que as instituições de memória, como os museus, estejam preparadas para oferecer ao público o conhecimento necessário, a fim de haver o reconhecimento dos sentimentos de preservação e valorização da história que o envolve.

O ato de educar o indivíduo acerca do patrimônio cultural está pautado em diversas leis, entre elas: na Portaria nº 137 do IPHAN, de 28 de abril de 2016, a qual afirma, ao longo dos seus artigos, que a Educação Patrimonial deve ser uma prática transversal, sendo executado na educação formal e não formal, com foco no patrimônio cultural socialmente apropriado, para que o indivíduo o reconheça, valorize e preserve.

Ainda diz que: “Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades” (BRASIL, 2016, p. 1). À vista disso, o desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pelo interesse de observar de que forma se estabelece o diálogo — algo essencial para o processo da Educação Patrimonial — na relação entre acervo, contido nas instituições de memória como os museus, e público, que no caso é a sociedade.

É oportuno salientar que, segundo o artigo 3º, I, da referida portaria, uma das diretrizes da Educação Patrimonial é “incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais” (BRASIL, 2016, p. 1). Portanto, é necessário estabelecer um diálogo eficaz, assim, busca-se com essa pesquisa estudar as possibilidades de acesso e utilização para que ocorra o diálogo necessário para o processo de Educação Patrimonial.

Por esse motivo, escolheu-se o Museu do Capuchinhos, localizado no Convento do Carmo, em São Luís-MA, para a execução da pesquisa, tendo em vista a sua história voltada ao desenvolvimento da cidade ludovicense, incluindo uma história cultural que influencia a geração atual.

Vale explicar também que a presente pesquisa é oriunda de um projeto de pesquisa voltado para a Educação Patrimonial, da professora e pesquisadora Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, a qual orienta este trabalho. A participação em tal projeto, bem como os laços criados com a área, e com os profissionais do espaço museal envolvidos na pesquisa, motivou a necessidade de aprofundamento da temática.

Nesse sentido, com esta pesquisa, objetivou-se estudar as possibilidades de acesso e de utilização do Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, em São Luís-MA, para práticas de Educação Patrimonial. Além disso, como objetivos específicos, teve-se a necessidade de pesquisar sobre museus e sua importância como espaço de memória e de

salvaguarda do patrimônio cultural, identificar os métodos e as técnicas de organização das coleções de peças do museu em estudo, assim como examinar, na organização do Museu dos Capuchinhos, as possibilidades de práticas educativas para a preservação do patrimônio cultural, visando à Educação Patrimonial.

A metodologia deste estudo foi pautada em pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática enfocada, bem como em pesquisa de campo, que propiciou coletar informações a respeito da organização do Museu dos Capuchinhos e as possibilidades de práticas educativas em tal espaço para promover a preservação do patrimônio cultural e, conseqüentemente, a Educação Patrimonial.

Com esse enfoque, fundamentou-se o estudo bibliográfico em pesquisa qualitativa para a apropriação das concepções de história cultural e Educação Patrimonial, articuladas com os pressupostos sobre memória; da mesma forma embasou-se a pesquisa documental, mediante a qual fez-se a análise de documentos da Ordem Franciscana, contidas no Arquivo do Museu dos Capuchinhos, e de objetos deste.

A pesquisa, em sua essência, é “investigação, um estudo deliberado, uma busca pela compreensão” (STAKE, 2011, p. 23). A partir dessa noção, Stake (2011) apresenta a pesquisa qualitativa com característica experiencial, interpretativa, situacional e personalística. Mostra, também, que essa abordagem de pesquisa tem fortes ligações com o conhecimento científico e o coletivo, a generalização e a microanálise.

Assim, a coleta de dados dividiu-se em etapas — a serem expostas a seguir.

A primeira etapa foi constituída pela revisão bibliográfica. Buscando-se responder ao questionamento levantado, foi feito o levantamento de informações em material gráfico, sonoro e digital, caracterizando a primeira etapa que é revisão bibliográfica. Essa etapa, como explica Xavier (2014), tem como exercício, durante a pesquisa, rever, reanalisar, reinterpretar e criticar o tema pesquisado.

Foram feitas atividades de leitura e fichamento de livros e de legislações para iniciar a coleta de dados na pesquisa bibliográfica. Assim, livros, jornais e documentos foram materiais que compuseram essas atividades. A título de exemplificação, citam-se algumas obras estudadas: *Museus e turismo: estratégias de cooperação*, do Instituto Brasileiro de Museus (doravante IBRAM) ; *Caderno de diretrizes museológicas*, do Ministério da Cultura (MinC), entre outras.

Nesse sentido, Lima e Mioto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica precisa ter um sentido em sua ordem de materiais, não sendo aleatória, na medida em que consiste em um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz

de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

A segunda etapa foi composta pela pesquisa de campo, na qual se adotou a técnica de observação participante, que consistiu em observar, no período de abril a junho de 2019, como se dá o gerenciamento do museu e como ocorre a execução de atividades relacionadas a essa prática, a exemplo da catalogação de objetos pertencentes ao Museu dos Capuchinhos.

Com relação a essa técnica, Xavier (2014) afirma que a observação pode levar em conta todos os sentidos humanos (audição, olfato, visão, gustação e tato), pois o objetivo é conhecer a temática estudada de forma mais completa possível. No caso desta pesquisa, a observação participante sobressaiu-se devido à participação direta do observador na coleta de dados no campo pesquisado.

Por fim, realizou-se a coleta de dados por meio de entrevista, realizada no dia 29 de outubro de 2019, com a administradora e curadora do museu, Maria Iraci (Apêndices A e C). Inicialmente, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), a fim de elucidar os propósitos e procedimentos da pesquisa, além de formalizar a participação da entrevistada. Mediante questões que abordam as possibilidades de acesso e de utilização do museu, a entrevista serviu para identificar de que forma o diálogo entre acervo e público tem sido estabelecido.

Além desta introdução, a presente pesquisa pretende discutir no primeiro capítulo sobre os museus enquanto espaço de memória e salvaguarda do patrimônio cultural, tendo em vista o seu histórico no Brasil, assim como o seu conceito e os conceitos de memória e Patrimônio Cultural. No segundo capítulo, é abordado especificamente o Museu dos Capuchinhos, quanto a sua estrutura física, suas principais peças e suas técnicas de organização do acervo. Por fim, no último capítulo, são apontadas as singularidades da Educação Patrimonial e de que forma ela é apresentada no Museu dos Capuchinhos no Convento do Carmo, em São Luís, MA. Nas Considerações Finais serão apresentadas percepções sobre a possibilidade de serem desenvolvidas práticas de educação Patrimonial no Museu dos capuchinhos do Convento de nossa senhora do Carmo, em São Luís do Maranhão, uma vez que há, ali, uma organização museal adequada para a tarefa educativa.

2 O MUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo, pretende-se focar em conceitos importantes para temática, entre eles: o conceito de museu, memória e patrimônio cultural. Essa é uma área que abarca uma vasta complexidade social, histórica e cultural, que busca ser valorizada no campo acadêmico. Em razão disso, para iniciar a exposição dos termos destacados, é importante compreender como os museus, cujo surgimento se deu no século XVII, são conceituados no capítulo I do Estatuto de Museus:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artísticos, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p. 1).

2.1 Os museus no Brasil: a história por trás das peças

Os museus são instituições que afloraram, no Brasil, a partir do século XIX, devido à dominação holandesa, à fuga da família Real, entre outros acontecimentos que implantaram experiências museológicas no país. Sua implantação no território brasileiro trouxe um inovado tipo de comunicação entre cultura e seu público, uma vez que possibilita estudos e pesquisas, difusão e exposição, educação e cultura de configuração não formal e ativa (IBRAM, 2014).

A história dos museus, no país, colaborou para a construção de uma identidade local, baseada nos moldes portugueses. Sabe-se que, no ano de 1816, se deram início às experiências museológicas, as quais, futuramente, se transformariam na concepção de museu dos dias atuais, com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, atualmente chamada de Museu Nacional de Belas Artes. Em 1818, houve a criação do primeiro museu brasileiro, o Museu Real, localizado no Campo de Santana, conhecido, na atualidade, como Museu Nacional, que está diretamente relacionado à estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas que foi atingido, drasticamente, por um incêndio em 2018, perdendo grande parte de sua coleção (IBRAM, 2016).

A partir dessas experiências iniciais, os museus foram ganhando responsabilidades que se fortaleceram ao longo do tempo, como a de gerar conteúdo científico para a época. Tem-se,

como exemplo, o Museu de História Natural — o qual, por ser orientado para o cientificismo, ficou conhecido como tal (IBRAM, 2016). Dessa forma, seu decreto de criação, datado em 6 de junho de 1818, estabelecia que:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do commercio, da industria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lagares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santa Anna ocupa o seu proprietario, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e commodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietario voluntariamente se presta a vendel-a pela quantia de 32:000\$000, por me fazer serviço: sou servido acceitar a referida offerta, e que procedendo-se á competente escriptura de compra, para ser depois enviada ao Conselho da Fazenda, e incorporar-se a mesma casa nos proprios da Coroa, se entregue pelo Real Erario com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importancia de 32:000\$000. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da presidencia de mesmo Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1818. Com a rubrica de Sua Magestade [*sic*]. (BRASIL, 1818, p. 61).

Portanto, diante desse decreto, o Brasil oficialmente se tornava um campo de pesquisa, mas ainda com muitos receios das novas descobertas. A instituição de memória — o museu — teve papel importante na trajetória científica do país, já que armazenava diversas amostras de riquezas locais. Assim, gerou forças para o estabelecimento das universidades no país. Como prova da expansão museológica, criou-se a Associação Philomática, no Pará, em 1866, tendo como fundador o professor suíço Louis Agassiz, que chefiou uma grande expedição científica entre os anos de 1865 e 1866.

Com o progresso dos estudos, a Associação passou a ser o Museu Paranaense, que, atualmente, devido ao seu alcance científico e tecnológico, é administrado pela União e recebeu o nome de Museu Paraense Emílio Goeldi (IBRAM, 2016). Além disso, vale ressaltar que a expansão museológica no período colonial pode ser percebida pelo surgimento das seguintes instituições: “Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (1862), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876), e o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894)” (IBRAM, 2016, p. 10).

No período republicano, criou-se um número crescente de museus, em decorrência do sentimento nacionalista que se difundiu pela classe burguesa, assim como pelas mudanças culturais ocorridas no campo das artes, dando origem, por exemplo, à Semana de Arte

Moderna de 1922, além de movimentos políticos intensos. Dessa forma, construía-se uma identidade nacional baseada no estudo científico. É relatado pelo IBRAM (2016) que, pela Lei nº 15.594 de 2 de agosto de 1922, surge o Museu Histórico Nacional (MHN), durante o governo de Epitácio Pessoa.

Nesse sentido, Siqueira (2009) colabora com os estudos acerca do MHN afirmando que, em 1920, o sentimento neocolonial ganhava força. Isso significou que o Brasil buscava fundar suas características nacionais, ao invés das características europeias, e procurou expressar sua verdadeira base por meio da arte, da arquitetura, da literatura, entre outras. Por isso, a criação do MHN e, em seguida, do Curso de Museus, que gerou um grande salto para a elaboração de estudos que pudessem reforçar o sentimento neocolonial no país.

Um grande nome que ajudou na busca pela nacionalidade do Brasil foi Gustavo Barroso¹, primeiro diretor do MHN e do Curso de Museus. Ele propagava a importância de preservar e cultivar as tradições artísticas e a história nacional. Apesar das dificuldades enfrentadas no início do curso, Barroso nunca deixou de acreditar na importância da cultura local, gerando, assim, o conhecido estilo “barrosiano”, o qual passou de geração em geração, em virtude da sua forma de ensinar, orientar e transmitir conceitos e técnicas (SIQUEIRA, 2009).

A “proliferação” dos museus no Brasil, segundo Rangel (2011, p. 303), “não se traduziu apenas em termos de quantidade, ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo”. Sobre essa contribuição, o autor ainda afirma que o surgimento dos museus é proporcional a um conjunto de mudanças socioculturais e político-econômicas que se manifestaram no país, principalmente na década de 1930.

Nos anos seguintes, as mudanças socioculturais, políticas e econômicas ganharam ainda mais força. Por conseguinte, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, com o objetivo de proteger o patrimônio histórico e artístico do país. Com o passar dos anos, ocorreram outras modificações, de modo que o SPHAN se tornou o IPHAN.

¹ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi um historiador, jornalista e ensaísta, que nasceu em 29 de dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza-Ceará, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1959. cursou a educação básica no colégio Páternon Cearense e no Liceu do Ceará, e ingressou, em 1907, na Faculdade de Direito do mesmo estado. Exerceu o cargo de deputado federal pelo estado do Ceará, no período de 1915 a 1918. Entretanto, foi nos campos da História e das Letras que Barroso se evidenciou, sendo eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 1923, e do Instituto Histórico e Geográfico, em 1931. Os seus livros abrangiam os mais diversos temas, a saber: história, folclore, memória, museologia, romances, contos, política e outros. No campo político, também esteve ligado à Ação Integralista (SIQUEIRA, 2009).

Além disso, devido às vias artísticas brasileiras, ocorreu o surgimento de alguns museus de Arte, tais como: o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) em 1947; o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), em 1948; o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) e o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, em 1949 —o qual é conhecido, atualmente, como Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).

O IBRAM (2016) considera esses museus importantes para a trajetória museal no país, uma vez que foram palco para grandes revelações e movimentos artísticos nacionais. Esses museus têm em comum a década que foram criados, em 1940, e a participação da iniciativa privada para a sua elaboração.

O Brasil, após receber alguns eventos importantes mundiais para a Arte Moderna, como a Bienal de Arte Internacional, em 1951, no MAM/SP, buscou dar continuidade a uma geração que valorizava e buscava por melhores qualidades museais. Assim, incentivou o surgimento de museus de arte em outras capitais do país na década de 1960, a exemplo do Museu de Arte Moderna da Bahia, criado em 1960; do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, em 1961; do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), em 1963, e outros.

No sentido de buscar novas experiências para as instituições museais, o Brasil contou com representantes no Conselho Internacional de Museus, criado em 1947. Julião (2006, p. 25) afirma que os museus estavam inseridos em um novo cenário mundial, no que diz respeito às “novas atribuições que foram sendo acrescidas àquelas já tradicionais de conservação e exibição de acervos, a exemplo de atividades educativas, eventos culturais e de entretenimento”. O Brasil, então, transportou algumas dessas ideias, que já pertenciam ao cenário mundial, para a sua realidade.

No que se refere à fundação do segundo curso de museologia do país, em 1969, este se configurou um marco em razão dos seus novos moldes técnicos e, sobretudo, sociais. Devido aos museus iniciarem uma nova etapa, a teoria museológica começou a se firmar, o que seria:

[...] um processo de reformulação de suas estruturas, procurando compatibilizar suas atividades com as novas demandas da sociedade. Deixam de ser espaços consagrados exclusivamente à cultura das elites, aos fatos e personagens excepcionais da história e passam a incorporar questões da vida cotidiana das comunidades, a exemplo das lutas pela preservação do meio ambiente e da memória de grupos sociais específicos. Atuando como instrumentos de extensão cultural, desenvolvem atividades para atender a um público diversificado — crianças, jovens, idosos, deficientes físicos — e, ao mesmo tempo, estendem sua atuação para além de suas sedes, chegando às escolas, fábricas, sindicatos e periferias das cidades. (JULIÃO, 2006, p. 25).

Diante disso, alguns termos começaram a surgir na literatura, baseados em estudos e debates acerca da temática, como o termo “ecomuseu”, que compreende que a função social do museu se dá por meio da junção do ser humano com a natureza, fazendo, desse modo, com que as práticas museais sejam sociais para o bem da transformação e do desenvolvimento social (IBRAM, 2016).

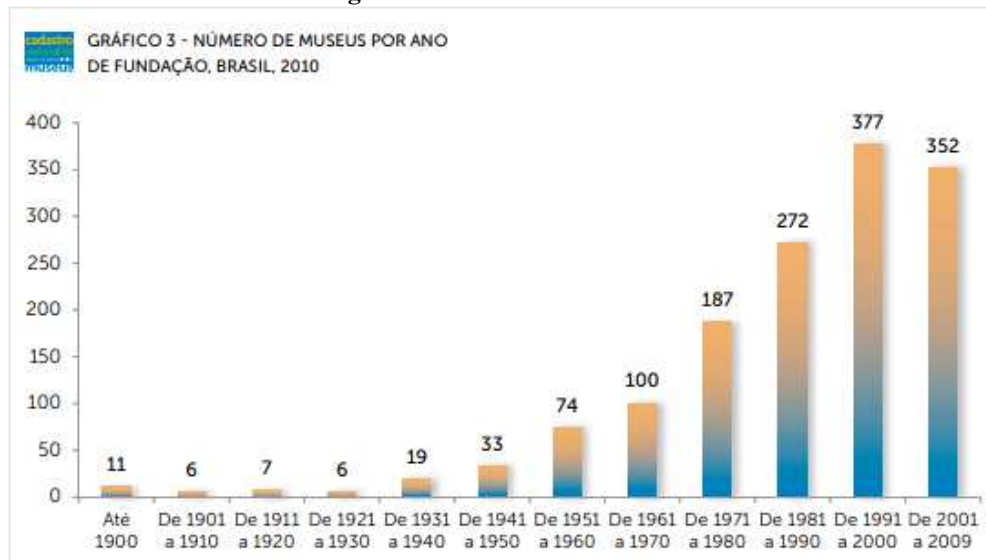
Julião (2006) corrobora com a discussão afirmando que ocorreram eventos mundiais para marcar o início de novas diretrizes museológicas para o país, como a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, em 1972, e o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), em Quebec, no Canadá, no ano de 1984. Ambos discutiram como os museus poderiam exercer papel de influência transformadora e crítica para a sociedade, além de caracterizar as atividades que deveriam ser exercidas sob uma ótica “antropológica de cultura”, no sentido de permitir comunicar, reproduzir e vivenciar abundantemente as áreas humanas.

Diante dessas ações culturais, houve a criação de políticas públicas no país, como o Programa Nacional de Museus, em 1982, a Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979, e o Sistema Nacional de Museus, em 1986. Incentivando, assim, a criação de espaços de memória² como os museus, pautados em políticas públicas que favoreçam a sua manutenção e estimulem a sua criticidade na sociedade.

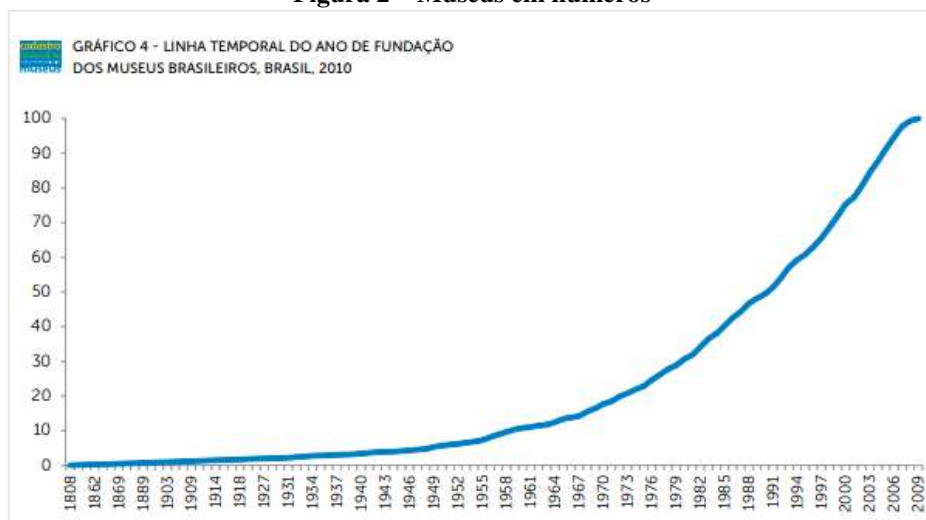
O número crescente de museus ao longo do tempo pode ser observado nos gráficos a seguir, extraídos da publicação *Museus em números*³ (2011).

² Os lugares de memória, segundo Nora (1993), consistem em um lugar que apresenta sinais de pertencimento e reconhecimento para um grupo inserido na sociedade. Afirma, ainda, que eles estão diretamente ligados à história do local a qual pertence, podendo ser conhecidos também como “lugares de história”, visto terem característica de um lugar simultaneamente material, simbólico e funcional.

³ Desenvolvido pelo Ibram/MinC, no ano de 2011, para mostrar um panorama estatístico nacional e internacional das instituições museológicas. A maioria dos dados coletados refere-se à pesquisa feita pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), na qual 1,5 mil instituições museológicas brasileiras responderam a um questionário.

Figura 1 – Museus em números

Fonte: Ibram (2011, p. 59).

Figura 2 – Museus em números

Fonte: Ibram (2011, p. 59).

Observa-se, na figura 1 e na linha temporal da figura 2, retirados do levantamento de *Museus em números* (2011), que o número de inauguração de museus no país é crescente, em especial na virada do século XX para o século XXI. É importante destacar que muitas das datas apresentadas não coincidem com a data de abertura do museu ao público, pois a criação jurídica dos museus era um processo mais lento. Os dados apontados nessa pesquisa reforçam a teoria de que os museus brasileiros foram criados à medida que as transformações sociais, econômicas e políticas afetaram o cenário cultural.

Por fim, na contemporaneidade, o conceito de museologia social é imprescindível para a gestão e a manutenção das instituições museais. Encarado como um desafio, Chagas (2018b, p. 308), reforça que:

[...] na perspectiva aqui adotada, significa contribuir para a articulação de novas possibilidades museais. Já não se trata de recordar, de repetir ou imitar o passado, mas sim de ousar caminhar por novas trilhas, produzir novos agenciamentos e construir novas rotas, mapas e linhas de navegação.

2.2 A memória como fonte da construção museológica

A fim de compreender a importância das memórias para a sociedade, é válido salientar a noção da palavra “memória”, que, segundo Le Goff (1990), é apresentada como uma curva entre várias áreas humanas, desde as psicológicas às históricas. Quando retrata as relações entre memória e história, o autor afirma que, para melhor valorização dela, foi preciso a utilização da escrita e da oralidade, no intuito de que a memória não fosse perdida.

Portanto, é possível compreender como o estudo de documentos e objetos contidos nas instituições de memória, como os museus, trazem informações pertinentes para a vivificação da memória e valorização da história cultural⁴. Com relação à valorização da memória, Le Goff (1990, p. 469) assinala:

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel, que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos\monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

A memória coletiva ressaltada pelo autor caracteriza diversas situações passadas pela sociedade atual, desde o nível de desenvolvimento até a luta pelo poder e pela sobrevivência. Desse modo, o que é repassado para a sociedade sobre a sua história contribuirá na forma como ela atuará coletivamente. Quando as instituições de memória criam possibilidades para o uso da memória coletiva por meio do diálogo entre os bens culturais e a sociedade, abrem caminho para tais iniciativas mostrarem a preocupação em realizar um trabalho efetivo de conhecimento, apropriação e valorização dos bens históricos culturais, a partir da aproximação entre o público e o patrimônio que lhes pertence (MALTÊZ *et al.*, 2010).

⁴ História cultural, conforme Huizinga (1929 apud BURKE, 2008), tem como principal função retratar padrões de cultura, isto é, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões. Entretanto, é válido lembrar que o autor não consegue definir um só conceito para esse termo, pois a história cultural modifica-se a todo momento, e não há forma certa de retratá-la devido a suas especificações.

Por isso, tendo em vista que o conceito de Educação Patrimonial é apresentado como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA, 1991), os museus têm o dever de incentivar essa prática, contribuindo para a valorização e o reconhecimento do patrimônio.

Segundo Le Goff (1990, p. 423), a memória, em uma acepção mais geral, pode ser compreendida “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Até o momento, compreende-se que a memória é algo puramente humano, a qual todos podem ter acesso — dependendo do estado psíquico do sujeito.

No campo social, a memória pode ser dividida em dois principais vieses: a memória individual e a memória coletiva. Para melhor compreensão das divisões, Halbwachs (1990) afirma que a memória individual (ou autobiográfica) e a memória coletiva (ou histórica) são, de certa forma, complementares, entretanto não se confundem, já que a primeira é própria das lembranças do indivíduo, mas que algumas vezes penetram na segunda. O autor ainda colabora afirmando que a memória autobiográfica se apoia na segunda, pois todas as lembranças estão relacionadas com a história geral, porém a memória histórica é mais ampla que a primeira.

Nesse sentido, é necessário entender que as relações de poder e política influenciam diretamente na construção de uma memória coletiva, levando em consideração que a política — não somente a partidária — está presente em todos os âmbitos da vida humana, e sua ação pode contribuir para construção da identidade da memória local, no sentido de representar a nacionalidade de uma nação (ABREU; CHAGAS, 2009).

Dessa forma, as instituições de memória ganham sentido na humanidade, como frisam Abreu e Chagas (2009, p. 137):

[...] nos museus nacionais, sobretudo os históricos, está em pauta a preservação, o uso e a transmissão de determinada herança cultural, composta de fragmentos a que se atribui o papel de representação do nacional [...], essa herança, à medida que se articula com fatos, acontecimentos, processos e conjunturas políticas é convertida em memória política.

Por estar relacionada com outras conjunturas sociais, como a política e a econômica, a memória foi dividida, pelos autores, como memória política e política de memória. A primeira refere-se à forma de ler os fatos, pois ela “é a construção que se atualiza no presente e projeta-

se para o futuro” (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 138). Desse modo, as instituições de memória participam do processo de memória política quando se propõem a oportunizar a leitura dos fatos passados por meio da oralidade, de relatos e de documentos. Quando isso ocorre, é importante entender que a memória coletiva e suas lembranças só podem ser transmitidas pela linguagem, e os museus e outras instituições de memória utilizam tal ferramenta para transmitir, por meio de documentos, uma memória viva.

Portanto, Le Goff (1990, p. 426), com seus estudos colabora para a definição da noção de memória, quando assevera que ela e a linguagem estão interligadas e são dependentes:

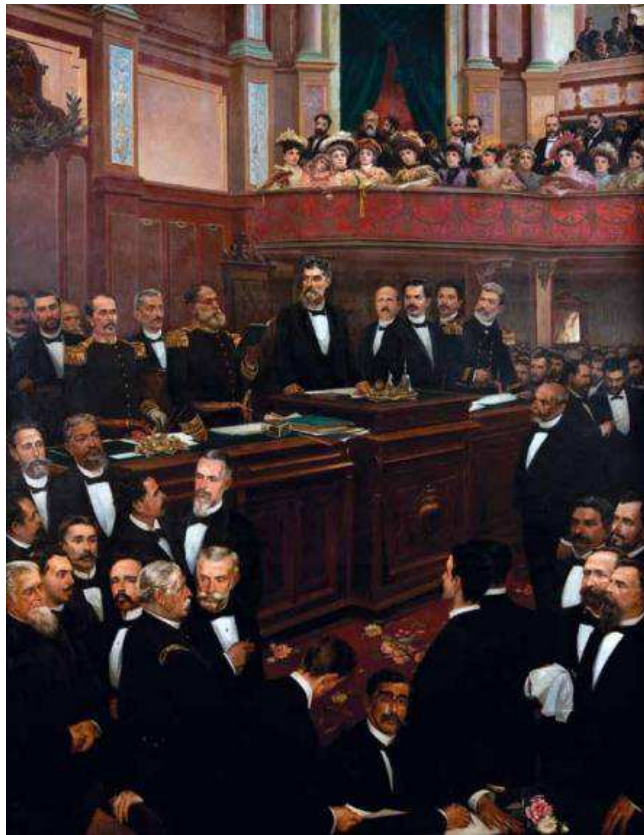
A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

Em vista disso, pode-se falar que a memória política faz sentido a partir do momento que são interpretados os fatos baseados em experiências objetivas e subjetivas do sujeito. Para que isso ocorra, é necessária uma linguagem, seja ela oral ou não. Os documentos, por exemplo, têm uma atenção especial, pois podem ser aplicados, consoante Abreu e Chagas (2009). Cita-se, a exemplo, livros, revistas, jornais, desenhos, filmes, discos, desenhos, fotografias, pinturas, esculturas, entre outros.

Compreende-se, então, que há uma intenção pedagógica no processo da transmissão de memória, cujo desejo é a articulação dos fatos que aconteceram há muito tempo, o presente e a vontade de produzir continuidades (ABREU; CHAGAS, 2009). Logo, para melhor entender o conceito de memória, pode-se destacar a obra *Compromisso Constitucional*, 1896, de Aurélio de Figueiredo.

Essa pintura a óleo tem a intenção viva de “reconfigurar o acontecimento com o seu estilo, com a sua memória. Entre o artista, o público visitante e o acontecimento, existem outras possibilidades de mediação” (CHAGAS, 2018a, p. 17). A título de ilustração, apresenta-se a obra seguinte na figura 3.

Figura 3 – Compromisso constitucional



Fonte: Figueiredo (1896 apud CHAGAS, 2018).

Compreendendo que sem transmissão a memória social não se constitui, é possível explicar o conceito de política de memória, o qual é elaborado por meio da preservação da memória. A preservação pode ser entendida como uma “prática social”, que se preocupa em adotar procedimentos para proteger um conjunto de informações que podem ser utilizados para ensinar ou transmitir determinado conhecimento cultural, político, histórico e outros (ABREU; CHAGAS, 2009).

Dessa forma, as instituições museais tiveram a função de adotar a responsabilidade de exercer a política de memórias. A preservação de uma peça, obra, entre outros documentos vai além do artefato físico, pois envolve toda a história que carrega consigo e as possíveis formas de continuidade desta. Por isso, Le Goff (1990) aponta que cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória incentivar a preservação com o objetivo de fazer a democratização da memória social uma das suas principais fontes para a elaboração científica.

Ainda afirma que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF,

1990, p. 478). Com essa citação, o autor transmite a responsabilidade de preservar a memória coletiva que os museus precisam adotar em suas diretrizes e ações cotidianamente.

2.3 O patrimônio cultural e a importância de salvaguardá-lo

Com o decorrer do tempo e com as evoluções da ciência e tecnologia, notou-se que a história é fundamental para buscar as fontes dos fatos a fim de uma compreensão do presente, assim como remete à importância do ato de exercer a criticidade (MELLO; CAMPOS, 2010).

Nesse enfoque, Vygotsky (1995 apud MELLO; CAMPOS, 2010), na teoria histórico-cultural, foi um dos pioneiros a direcionar a história como algo diretamente ligado ao ser humano, afirmando que as datas e os acontecimentos não estão desconectados. A linearidade dos fatos gera desenvolvimento cultural, traduzindo a transformação da ordem da natureza à ordem cultural. O ser humano passa, então, a dar um novo significado à sua história, amplia as suas potencialidades de conhecimento e aprimora as suas condutas em sociedade, sabendo que ele é um desencadeador do desenvolvimento.

Vygotsky (1995 apud MELLO; CAMPOS, 2010, p. 15) explica que:

A cultura origina formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema do comportamento humano em desenvolvimento [...]. No processo de desenvolvimento histórico, o homem social modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais.

Diante dessas novas condutas, o ser humano passa a reconhecer a sua identidade, na perspectiva de que inicia a atribuir sentidos a lugares, costumes, objetos e outras ferramentas que podem ser materiais ou não. Assim, passa-se a acolher o conceito de patrimônio cultural (MARTINS, 2015). No Brasil, o primeiro conceito dessa terminologia pode ser encontrado na CRFB/1988, em seu artigo 216, seção II – da Cultura:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 1).

Percebe-se, portanto, que o conceito de patrimônio cultural é mais amplo do que se pensa, na medida em que se constitui não somente por objetos, documentos e edificações, mas também por formas de expressões, modos de criar, fazer e viver. O campo artístico é apenas uma das expressões do patrimônio cultural. Nos dias atuais, o estudo sobre patrimônio pode ser aplicado em várias áreas, tais como: território, ambiente, museografia, psicologia, sociologia, antropologia, relações político-administrativas, didática, área social e cultural, entre outras (MARTINS, 2015).

No que concerne à restrição do estudo do patrimônio cultural de apenas um segmento social, a da classe dominante, pode-se fazer uma relação sobre o poder do valor simbólico com a teoria de Bourdieu, quando as produções simbólicas propiciam relações de comunicação e interação. No entanto, isso só acontece quando há uma mesma estrutura simbólica, gerando, assim, diferenciações e hierarquias — as chamadas estruturas de poder e dominação social (NOGUEIRA, 2013).

Por isso, é necessário compreender que patrimônio cultural está atrelado ao contexto do local e tempo ao qual pertence, independentemente de qual classe seja, confirmando, pois, a sua valorização. A respeito disso, Martins (2015, p. 53) explicita que:

Assim, o Patrimônio é reflexo da sociedade que o produz, sendo necessário esclarecer que este nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o Patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos, ou culturais que, por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes. Cabe, desta forma, deixar claro que apenas representam Patrimônio Cultural local, quando tais construções são assumidas/assimiladas pela coletividade de forma autônoma.

Outras políticas públicas reforçam o conceito de patrimônio cultural e priorizaram a sua valorização, como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estrutura a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, seguido da criação o SPHAN (BRASIL, 1937).

Sobre o SPHAN, Julião (2006) aponta que esse órgão foi um marco para a história cultural do país, por ter sido um processo pioneiro de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural. Refletiu, assim, no cenário que o país expressava, que era a construção de uma identidade cultural nacional, com a ajuda da teoria dos modernistas.

Com a necessidade de preservação do patrimônio cultural, em virtude das viagens pelo interior do Brasil, na época, fizeram uma redescoberta para construir uma identidade alicerçada na cultura brasileira de forma genuína, valorizando, sobretudo, a tradição e o passado nacional. Em meio a esse cenário, a criação do SPHAN foi o reflexo do rompimento

da dependência cultural nos moldes europeus e a busca pelas singularidades nacionais (JULIÃO, 2006).

Dando continuidade ao processo de descoberta de uma identidade própria brasileira, as políticas públicas se aprimoraram com relação à preservação do patrimônio e das instituições de memória. Surgiu, dessa forma, a Lei nº 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus, cujo artigo 5º dispõe: “Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte” (BRASIL, 2009, p. 1).

A partir de então, as ações em prol da preservação do patrimônio cultural foram sendo valorizadas, uma vez que o sujeito se identifica com a própria história. Sob essa perspectiva, Santos (apud MARTINS, 2015, p. 57) pontua que: “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Portanto, para que o processo de construção e valorização do patrimônio cultural no país seja contínuo, é necessário que as atividades acadêmicas de pesquisa a respeito da temática sejam democratizadas (FUNARI, 2001). Estabelecendo, dessa forma, um elo comunicacional entre o sujeito e o patrimônio, a fim de reconhecer sua história, sua importância e a necessidade de preservá-lo para a sua valorização.

Nesse sentido, conclui-se este capítulo afirmando que o museu é um espaço de memória pelo qual se busca preservar o patrimônio cultural. Conhecer esses termos em sua literatura ajuda a compreender o porquê se deve valorizar as memórias locais do Museu da Igreja do Carmo e dos Capuchinhos, que serão exploradas no próximo capítulo.

3 O MUSEU DOS CAPUCHINHOS: suas técnicas e métodos de organização

A missão da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM.Cap) ou, simplesmente, dos Capuchinhos⁵ ganhou reconhecimento no século XVI, mais especificamente no ano de 1528, pelo Papa Clemente. Desde então, essa ordem religiosa fortaleceu suas atividades pelo mundo, com a finalidade de evangelização.

3.1 O Museu dos Capuchinhos: o retrato de uma missão

No Brasil, a ordem franciscana dá início à sua missão em 1780, fundando aldeamentos na região Sudeste. No Maranhão, a missão é iniciada em 1893, na instituição conhecida, hoje, como Convento do Carmo⁶. Tendo em vista essa missão de cunho evangelizador, elaborou-se e pensou-se em uma forma de organizar os vários artefatos missionários para propagação e salvaguarda dessa história.

Assim, nasce o Museu dos Capuchinhos, uma instituição que tem como incentivador o Frei Rodrigo (ARAÚJO, 2011, p. 1), o qual evidencia o seguinte:

Não podemos construir uma história esquecendo do nosso passado [...]. Os bens culturais constituem um patrimônio que precisa ser conservado material e juridicamente e ser valorizado pastoralmente no interior da comunidade, para que possamos cultivar a memória do passado e continuar a exprimir no presente a nossa missão.

O Museu dos Capuchinhos é administrado pela museóloga Maria Iraci Soares Monteiro. A partir da iniciativa do Frei Ângelo Faloni, foram recolhidos alguns objetos no intuito de preservar lembranças significativas da trajetória da OFM.Cap, como fotografias, documentos, objetos de vida cotidiana, alfaia, utensílios de cozinha, imagens sagradas, livros antigos, pinturas feitas por frades, entre outros artefatos, compondo, assim, o museu.

Sua inauguração foi realizada em 2007, com o apoio do IPHAN e do Museu de Arte Sacra do Maranhão. Nesse sentido, Frei Rodrigo, um dos incentivadores pioneiros da manutenção do Museu dos Capuchinhos, assevera que:

O museu quer ser uma estrutura viva e falante que narre a história da Igreja do Carmo e como esta fez ou faz parte da história de São Luís. Seu valor não está nas

⁵ A OFM.Cap é um ramo da congregação franciscana, que tem como o seu fundador o Santo São Francisco de Assis.

⁶ Convento de Nossa Senhora do Carmo, localizado em São Luís-MA. No Centro da cidade, na Praça João Lisboa.

preciosidades de suas peças, mas na documentação de nossa história.(ARAÚJO, 2011, p. 1).

Acerca do resgate histórico da Igreja do Carmo, enquanto instituição, descobriu-se que a história dela está ligada às lutas da cidade de São Luís. Durante a invasão holandesa, em 1641, o local serviu de abrigo para mulheres e crianças, além de artilharias pesadas. Além disso já serviu de Corpo Policial de Segurança Pública; em 1831, funcionou como Biblioteca Pública, e, em 1838, abrigou o Liceu Maranhense.

A instituição serviu,também, para outras obras de caridade, como:

Em 1978, foi construída a Policlínica “Nossa Senhora do Carmo”, com 02 Consultórios Médicos, 04 Gabinete Dentário e a Escola de Datilografia, aos quais, pouco mais tarde, se acrescentou 01 Laboratório de Análises Clínicas e 01 Cursinho Preparatório ao Vestibular. Todos os atendimentos tinham a cooperação dos Acadêmicos de Medicina e de Direito da Universidade Federal do Maranhão, integrantes da JUFRA – Juventude Franciscana, fundada por Frei Oswaldo Coronini (GIANELLINI, 1993 apud CARVALHO, 2015, p. 11).

Em 1893, a OFM.Cap ocupou o local, dando continuidade às suas obras de benefício popular, a exemplo: da União Operária Maranhense, de 1920, da Casa do Pequeno Jornaleiro, de 1952, da Escola Santo Antônio, de 1961, e o Voluntário Missionário, de 1972. Pensando na trajetória desenvolvida, objetivou-se criar o Museu dos Capuchinhos para salvaguardar essas memórias.

Ainda sobre essa vasta história, Carvalho (2015) afirma que o Convento do Carmo, em São Luís, pode ser considerado como um verdadeiro “espaço de memória”, uma vez que se envolve e é envolvido pela cultura local. Como tal, a autora confirma, baseando-se em outros estudiosos, que “o Convento é um produto de uma cultura” (CARVALHO, 2015, p 3), sendo a cultura um sujeito universal, agindo dentro de cada agente, que ajudou a construir essa história.

O resgate histórico-artístico da Igreja do Carmo e da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo é resultado de um “simbolismo” contido nessa instituição religiosa, haja vista que é estabelecida uma unidade de valores e finalidades das suas atividades, que propicia a sua utilização historicamente efetivada (CARVALHO, 2015).

Sob tal perspectiva, essa instituição museal tem a responsabilidade de salvaguardar a memória da Província, que foi construída ao longo desses anos por meio da missão Capuchinha, e, ao mesmo tempo, impulsionar um certo dinamismo cultural (ARAÚJO, 2011).

Ainda hoje, o Convento do Carmo proporciona a realização de atividades cristãs como, por exemplo, missas, confissões e ações sociais. Com a criação do museu, ocorreu,

ainda, um resgate da história e abriram-se as portas para profissionais e pessoas interessadas em desenvolver atividades culturais.

O museu da Igreja do Carmo e da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo tem um vasto acervo histórico, o qual está distribuído pelas seguintes dependências da instituição (ARAÚJO, 2011):

- a) claustro do convento;
- b) corredor externo;
- c) sala de paramentos;
- d) segundo corredor externo;
- e) auditório;
- f) corredor interno;
- g) sala de móveis;
- h) sala de imagens;
- i) sala de prataria.

As dependências do museu foram divididas no intuito de proporcionar uma melhor compreensão do visitante no que tange à instituição, assim como dispõe de objetos e artefatos historicamente significativos. No claustro, por exemplo, estão expostas algumas lápides e imagens pertencentes ao cemitério de Milão. Nos corredores externos, podem ser apreciadas essas peças, além de imagens de santos e de beatos que contam a história do Massacre de Alto Alegre. Eles também são o acesso principal para conhecer as demais dependências. O corredor interno dá acesso às salas de seus respectivos artefatos, e, nas paredes dele, também pode ser encontrado o início da história missionária capuchinha no MA.

As salas, por sua vez, são destinadas à disposição de artefatos como: paramentos, a fim de homenagear alguns bispos que fizeram parte da trajetória Capuchinha no país; móveis, do século XX e que foram de uso pessoal de frades e suas confecções. Além disso, há um acervo próprio de fotografias, imagens do século XVIII, XIX e XX e pratarias que são os relicários, cálices, patenas, castiçais, ostensórios, turíbulos etc.

Por último, no espaço museal há um auditório, usado para palestras ou exposições temporárias. Nele, também são encontrados alguns quadros e pertences dos Capuchinhos, além de ser um espaço destinado à pesquisa, coleta de dados e estudo.

É oportuno lembrar o que a literatura afirma ser o objetivo geral do museu, a saber: salvaguardar peças que foram importantes para a missão evangelizadora dos Capuchinhos,

bem como valorizar a importância da Província e da Igreja do Carmo na cidade de São Luís-MA. Ainda assim, considera-se essa finalidade a mais desafiadora da obra museal, que é promover a conservação e a proteção do patrimônio cultural, artístico e religioso do local e tornar acessível ao público o acervo que demonstra a espiritualidade franciscano-capuchinho.

Figura 3 – Claustro da Igreja do Carmo



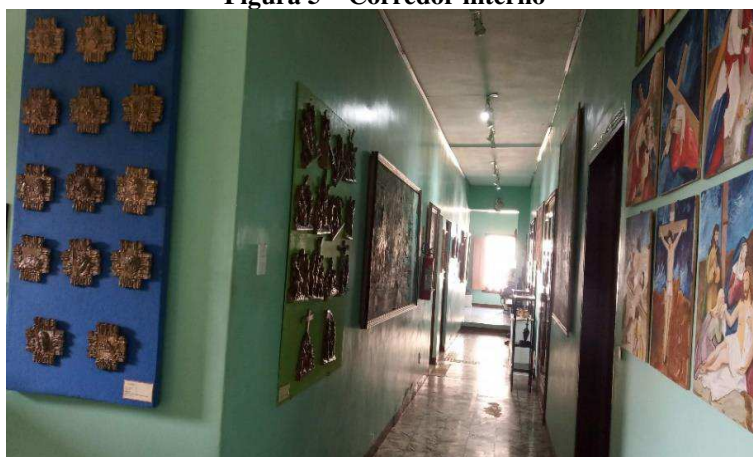
Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 4 – Corredor externo



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 5 – Corredor interno



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 6 – Auditório



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 7 – Sala de móveis



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 8 – Sala de imagens



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

3.2 As principais peças que contam a história da missão capuchinha

O acervo do Museu dos Capuchinhos e da Província Nossa Senhora do Carmo carrega consigo um valor simbólico e cultural com a finalidade de narrar a história, considerada, pelo Frei Rodrigo, viva e falante, da Igreja do Carmo e da missão dos Capuchinhos (ARAÚJO, 2011).

Sobre a questão dos museus brasileiros, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM 2010/2020) aborda, em sua principal diretriz, a preservação de acervos em museus de história, estabelecendo ser necessário assegurar a implantação de uma política nacional de preservação, aquisição e democratização dos acervos museológicos dos museus de história que garanta o acesso da sociedade ao seu patrimônio cultural (BRASIL, 2010).

Pensando nisso, foram elaboradas estratégias no PNSM que atendessem à demanda da diretriz. Uma delas consiste em: “criar comissões internas nos museus de história para definir procedimentos de aquisição, difusão e descarte de acervo, solicitando consultoria técnica, quando necessário” (BRASIL, 2010, p. 41), e ações como a democratização do acervo pelo diálogo e compartilhamento entre os museus de cunho histórico, bem como incentivar a coleta de acervo pautado nas lacunas históricas específicas que preenchem a coleção dos museus.

O museu dos Capuchinhos dispõe de uma gestão que tem a intenção de seguir as diretrizes do PNSM 2010/2020, pensando, sobretudo, no registro do acervo da instituição na condição de seus aspectos de aquisição, difusão e descarte. Por isso, para melhor compreensão deste tópico, foi retirado uma grande parte das informações do catálogo do museu, elaborado pela comissão interna organizada por Frei Rodrigo e Maria Iraci, administradora da instituição.

Com base na leitura do catálogo do museu, intitulado *Museu da Igreja do Carmo e da Província Nossa Senhora do Carmo* (2011), compreendeu-se que, a princípio, o critério para a aquisição da coleção do acervo é amplo, pois pode ser qualquer objeto, bem ou documentos que tenham uma relação com a missão religiosa dos capuchinhos e da Igreja do Carmo, desde os primórdios de sua fundação até os dias atuais.

Os principais artefatos coletados para o acervo histórico-cultural da instituição museal são: fotografias, documentos, objetos de vida cotidiana, alfaia, utensílios de cozinha, imagens sagradas, livros antigos, pinturas feitas por frades, discos, móveis, filmes, vídeos, livros mais recentes, objetos litúrgicos, pequenas coleções e objetos de uso pessoal dos frades.

Todas as peças passaram por um crivo de pertencimento à história religiosa do local, e, muitas delas, por serem antigas, precisaram passar por um processo de restauração. Entretanto, todas contêm um detalhe ou uma forma singular de contar a história da província religiosa. As imagens são artefatos importantes encontrados no museu, pois chamam a atenção do público devido ao seu caráter religioso.

A título de exemplificação, apresentam-se, a seguir, algumas das imagens da categoria de escultura religiosa, que compõem o arquivo do Museu da Igreja do Carmo e Capuchinhos.

Figura 10 – Crucifixo



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 11 – Imagem de São José



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 12 – Imagem de São Pedro



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 13 – Via Sacra

Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Todos esses artefatos estão na categoria de esculturas religiosas na instituição. Algumas têm origem portuguesa e italiana, como o Crucifixo e a Via Sacra, respectivamente; outras têm sua origem ligada ao próprio estado do MA. Entretanto, todos são utilizados para expressar a história da missão capuchinhas e de suas crenças religiosas (ARAÚJO, 2011).

Os relicários e objetos religiosos também são necessários para apresentar a história capuchinha, a exemplo do relicário e do cálice:

Figura 14 – Relicário

Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 15 – Cálice



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Os relicários e os objetos litúrgicos fazem parte da história construtiva da Igreja e da missão capuchinha. São peças do século XIX e XX, sendo o primeiro, retratado na figura 14, uma relíquia do primeiro frade capuchinho canonizado, Frei São Felix Cantalício. Já o segundo, na figura 15, ilustra o cálice que foi oferecido a Dom Emiliano em 30 de agosto de 1930, em memória ao Massacre de Alto Alegre. Essas peças têm origem italiana, mas, atualmente, fazem parte do acervo do museu (ARAÚJO, 2011).

As peças que marcaram também a trajetória da missão dos capuchinhos e da Igreja do Carmo, foram as pedras arqueológicas e os sinos, como as registradas nas figuras a seguir:

Figura 16 – Lápide



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 17 – Sino



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 18 – Badalo



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Esses artefatos são lembranças que podem ser compreendidas como “a sobrevivência do passado” (BOSI, 1994, p. 15), uma vez que trazem fatos sobre a história geral. Segundo o relatório contido no catálogo do museu da Igreja do Carmo e da Província dos Capuchinhos, as lápides e seus fragmentos são referentes a pessoas que fizeram parte da província e ajudaram-na a se manter. Nesse caso, a lápide representada na figura 16 refere-se ao cavaleiro e professor na ordem dessa província no MA, Felipe Pedro Borges.

Os sinos e badalos são representações da história da Igreja do Carmo e são considerados como elemento que faz a ligação entre o céu e a terra, enviando as súplicas ao divino. A figura 17 retrata um sino que foi fabricado em Milão, a pedido de Frei Daniel de Samarate, para a capela da Colônia do Prata. Já o badalo, retratado na figura 18, foi utilizado na Igreja do Carmo nos anos de 1883 a 1993 (ARAÚJO, 2011).

Outras peças contêm um valor simbólico e histórico para a ordem religiosa, como documentos, quadros, pinturas e registros de pessoas e momentos importantes da história dos Capuchinhos. Alguns dos quadros que podem ser encontrados no museu:

Figura 19 – Tela de Daniel de Samarate



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 20 – Tela de D. Fr. Marcelino de Cusano Milanino



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Castro (2007) aponta que o acervo é o acesso ao desvendamento da morte ressignificada em eternidade. Nesse sentido, o Museu dos Capuchinhos contém peças que são importantes para a história, na medida em que essa instituição proporciona ao visitante o encontro de sua representatividade como identidade cultural. Dessa forma, encontra, nos quadros expostos, uma verdadeira representação da cultura local e dos antepassados da ordem religiosa.

Os quadros contêm homenagens a personagens históricos da ordem religiosa, como a tela de Daniel Samarate (figura 19), um grande missionário capuchinho — mesmo depois da sua morte, ainda aguardam pela beatificação dele. Há, também, a tela do D. Fr. Marcelino de Cusano Milanino (figura 20), um missionário capuchinho que dedicou a sua vida para obra.

Entre tantas peças, não se pode esquecer dos móveis que fizeram parte dessa história, assim como dos objetos pessoais de alguns frades capuchinhos. São objetos que retratam de que forma a missão e a realidade da construção da igreja se deu durante todo esse tempo, tendo em vista que muito dessas peças são do século XIX e XX.

Figura 21 – Piano



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 22 – Fotografias



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 23 – Câmera filmadora



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Ao afirmar que “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas”, Bosi (1994, p. 9) colabora para o entendimento da importância das peças do museu. Portanto, compreende-se que as peças carregam consigo a história por trás delas, misturando o presente com o passado e, por vezes, comparando formas de vida, hábitos do cotidiano do passado com o atual.

Sob essa perspectiva, observou-se que as peças, para cumprir o seu papel no museu, precisam dialogar com o público, isto é, serem acessíveis à comunidade. As práticas educativas em museus contribuem para que ocorra essa acessibilidade na instituição, pelo viés pedagógico, o qual será percorrido a seguir.

3.3 As técnicas e os métodos de organização da coleção das peças capuchinhas

A memória coletiva contida no Museu dos Capuchinhos objetiva narrar a história da Igreja e da missão dos Capuchinhos. No entanto, para que isso ocorra, é preciso seguir um procedimento de vários estudos e análises. No *Caderno de diretrizes museológicas*, Cândido (2006, p. 39) elabora um estudo sobre a documentação museológica e afirma que “o profissional do museu é o elo intermediário entre a coletividade e os bens culturais, o agente capaz de explorar as potencialidades e estabelecer as necessidades do acervo”.

Por isso, os objetos contidos no museu, para passarem as devidas informações, devem atender a “algumas medidas técnicas como, clareza e exatidão, definição dos campos de informação, procedimentos pré-definidos e obediência as normas, entre outras ações a fim de garantir a integridade da informação” (CÂNDIDO, 2006, p. 40). A autora cita um projeto elaborado em Minas Gerais, denominado *Inventário de acervo museológicos*, que segue essas diretrizes e serve de exemplo para os demais museus. Apresenta as seguintes etapas:

- identificação e registro dos objetos: objeto como peça única e com seu próprio significado. Contempla o seu próprio código, referência numérica, sistema de identificação e controle do objeto;
- classificação dos objetos: sistema de classificação para os objetos que reconhece conceitos — termo, classe e subclasses — do referido material;
- definição de categoria de acervo: contextualização do objeto de acordo com o seu período histórico. O bem cultural sai do circuito material para o qual foi concebido, para ser índice de si mesmo ou de sua categoria;
- arranjo do acervo em coleção: mapeamento do acervo pautada em uma metodologia advinda de uma reflexão crítica;
- pesquisa arquivista e bibliográfica: ampla pesquisa sobre acervo e informações organizadas em dossiês;
- reprodução fotográfica do acervo: instrumento de pesquisa;
- informatização do projeto de inventário.

Essas são etapas de um processo chamado documentação, que é definido pelo IBRAM (2016, p. 57) como “uma série de sequência de trabalho tanto aplicada ao próprio acervo musealizado, quanto a sua gestão”. Desse modo, tais etapas ocorrem no acervo musealizado da instituição capuchinha.

Nesse sentido, a gestão do acervo dá-se em três principais métodos: a catalogação das peças, a conservação/restauração e o inventário (IBRAM, 2016). Na realidade do museu dos Capuchinhos, as peças inicialmente passaram por um processo de seleção para fazerem parte do acervo da coleção capuchinha. Atualmente, prioriza-se o levantamento (catalogação) das peças e sua manutenção para conservá-las, para posteriormente produzir o inventário.

Nos dias correntes, na instituição museal capuchinha, está ocorrendo o processo de levantamento das peças, assim como a elaboração do diagnóstico e da etiquetagem para

elaboração de futuros documentos. O motivo da realização desse processo é devido ao vasto acervo que foi adquirido depois do primeiro levantamento feito. Sem esquecer de que algumas peças estavam em processo de manutenção e precisaram ser restauradas ou descartadas.

Os profissionais da instituição, como a curadora e administradora, Iraci Soares, estão dispostos a catalogar as peças de forma que, inicialmente, se passe por algumas técnicas como seleção das peças, aquisição das suas informações, reorganização do arquivo documental e fotográfico e digitalização das informações e fotografias das peças. Segundo o IBRAM (2016), é necessário passar pelas normas e padrões da catalogação.

Quanto aos métodos contidos no processo de conservação-restauração das peças, pode ser considerado bem amplo, já que abrange:

[...] todos os aspectos que afetam a manutenção das condições ambientais, a iluminação, o controle de poluição, e o tratamento adequado para cada item do acervo, além das necessidades de intervenções de conservação-restauração, estabelecendo uma ordem de prioridades, dada natureza das coleções, combinando as características particulares de cada museu e as condições em que seus bens culturais são mantidos.(IBRAM, 2016, p. 58)

No museu capuchinho, os profissionais têm realizado algumas técnicas para conservação e restauração dos bens culturais de acordo com as suas características.

Figura 9 – Higienização dos livros capuchinhos



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

Figura 10 – Restauração da imagem de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

As imagens apresentadas referem-se a duas técnicas diferentes aplicadas a duas peças da instituição, respeitando as suas características e finalidades. A técnica de higienização, ilustrada na figura 24, tem a finalidade de limpar a peça para dá continuidade ao processo de conservação com vista a sua preservação. Segundo Drumond (2006), a conservação preventiva tem o foco em medidas que precisam ser tomadas para aumentar a vida útil da peça, bem como para retardar o seu envelhecimento. Tendo em vista que os livros da instituição são antigos, aproximadamente do século XX, o cuidado na técnica de higienização é maior; por isso, a utilização de materiais como luvas, pincel e algodão.

Na figura 25, no processo de restauração da imagem de Nossa Senhora do Carmo, é retratada a técnica do aparelhamento, que consiste em “trabalho de aplicação de várias camadas de gesso, dissolvido em cola, para corrigir as imperfeições” (DRUMOND, 2006, p. 108).

Outro procedimento observado na instituição foi a restauração, a conservação das fotos capuchinhas, sobre a missão e figuras importantes da história dessa ordem, para compor a futura fototeca da instituição. Os procedimentos seguidos para elaboração dessa restauração das fotos foi: levantamento da coleção, retirada das fotografias dos álbuns, higienização (mecânica e química), acondicionamento das fotos em folhas de papel alcalino ofício, por meio da técnica de Paspatur, organização destas e embalagem em pastas suspensas.

Figura 11 – Técnica de Paspatur



Fonte: elaboração própria a partir de acervo do museu.

A técnica de Paspatur mencionada diz respeito à forma como a fotografia é mantida, a qual é anexada a uma folha de papel com cortes laterais, garantindo, assim, a conservação das imagens a longo prazo, evitando que se uma a outra, além de facilitar o seu manuseio e a sua organização.

Ante todas as técnicas apresentadas, percebe-se que conhecer as peças da instituição, assim como o espaço que ela está inserida é de fundamental importância para uma boa gestão de acervo, a fim de disponibilizar/compartilhar essas práticas por meio de práticas educativas — as quais serão abordadas no próximo capítulo.

4 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: resultados e discussões

Neste capítulo, será abordada a face inovadora da Educação Patrimonial, contendo o seu conceito, história e singularidades. Tendo em vista suas características, será abordada, ainda, a importância das práticas educativas em espaços de memória como o museu. Além de descobrir como o Museu dos Capuchinhos tem contribuído nessa missão pedagógica na instituição.

4.1 A Educação Patrimonial: conceito e singularidades

O IPHAN oferece ao professor orientações para a prática de Educação Patrimonial. Nesse sentido, é relatado que esse tipo de abordagem pedagógica é uma construção, uma vez que está inserida na área de conhecimento, de uma estratégia pedagógica. É necessário um diálogo amplo com vários agentes institucionais e com várias formas de pensamento.

Em concordância com essa afirmação, há a Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio, e conceitua essa prática, em seu artigo 2º, como:

[...] os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Além do conceito, são definidas diretrizes para realizar a prática educativa cultural como incentivo da participação social na formulação e na execução das ações, integrando as práticas educativas ao cotidiano, sem esquecer de associar os bens culturais à história local. É necessário fazer relações de valorização e preservação do patrimônio cultural por meio de ações educativas que gerem afetividade entre o indivíduo e sua relação com o bem ou local cultural (BRASIL, 2016).

Ainda como diretriz, a Portaria ressalta a importância de as ações educativas manterem um diálogo entre vários setores sociais, como, por exemplo, a cultura, o turismo, o meio ambiente, a educação, a saúde, o desenvolvimento urbano, entre outros. Portanto, considera-se o patrimônio cultural como um tema transversal e interdisciplinar.

Diante dessas diretrizes, é possível notar que a Educação Patrimonial se mostra, segundo o IPHAN (2011), como um verdadeiro contraponto, visto que propõe a construção da cidadania baseada em valores afetivos não somente políticos, apresentando, assim, uma singularidade diferenciada, pois contém um caráter inovador de prática educativa.

Nesse sentido, a singularidade da Educação Patrimonial pode ser confirmada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), quando asseveram que essa prática educativa tem como foco o Patrimônio Cultural, no qual se busca atingir três ações da sociedade sobre a herança cultural: conhecimento, apropriação e valorização, de forma que capacite para uma melhor utilização dos bens culturais, propiciando a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural.

Os estudos a respeito da temática apresentam que o incentivo desse tipo de educação no âmbito social é capaz de iniciar um processo de preservação sustentável dos bens culturais, fortalecendo, assim, os sentimentos de identidade e cidadania. Dessa maneira, propiciará o que Horta, Grunberg e Monteiro (1999), bem como outros grandes estudiosos da temática, chamam de “alfabetização cultural”.⁷

Diante disso, a metodologia utilizada para a execução dessa educação é o diálogo. Sobre isso, os autores afirmam:

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens (HORTA;GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Essa troca de conhecimento citado pelos autores reafirma a necessidade de conhecer o passado, levando em conta as práticas da Educação Patrimonial, que consistem em provocar situações em que possam ocorrer o aprendizado acerca da cultura, influenciando em questões significativas da atualidade.

O sentimento de surpresa e curiosidade provocado na aquisição do conhecimento cultural é a alavanca necessária para despertar a valorização do patrimônio cultural, objetivo do tipo de educação estudada neste capítulo. Nesse sentido, nota-se que o diálogo entre as práticas educativas em ambientes de educação formal ou não formal é importante para confirmar a interdisciplinaridade e a transversalidade que se propõe nas leis da educação.

⁷ Alfabetização cultural, segundo Horta (1999), é um processo que gera a leitura do mundo que rodeia o indivíduo, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

De acordo com a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 1).

Não distante, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997, incentivam a interdisciplinaridade na educação básica mediante os “temas transversais”, entre os quais está a pluralidade cultural (BRASIL, 1997). Dessa maneira, a educação formal é incentivada legalmente para que práticas de caráter da Educação Patrimonial ocorram em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora com essa afirmação quando estipula, em “Competências Gerais para Educação Básica”, no seu artigo 1º, que sejam valorizados “os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 9). Do mesmo modo se dá no seu artigo 6º, quando cita que é necessário “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências” (BRASIL, 2017, p. 9).

No tocante a essa questão, Noelli (2004) salienta que a consciência histórica permite valorizar e preservar os bens culturais e a memória, priorizando a compreensão e valorização da diversidade. Portanto, ações educativas voltadas para essa perspectiva devem ser realizadas em vários ambientes sociais.

Por isso, é importante compreender que a prática de Educação Patrimonial é mais ampla do que as demais, em comparação, por exemplo, à educação formal. Levando em conta que essa prática educativa ultrapassa as paredes da escola, haja vista que ela resulta da ação de todo meio sociocultural sobre um indivíduo, as relações com a família, a casa, o trabalho, os amigos, enfim, todos os aspectos da vida são fundamentais para a construção do sujeito (IPHAN, 2011).

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático. A fonte de informação para a prática dessa educação é o objeto cultural, o qual se encontra em um ciclo de continuidade, transformação e reutilização.

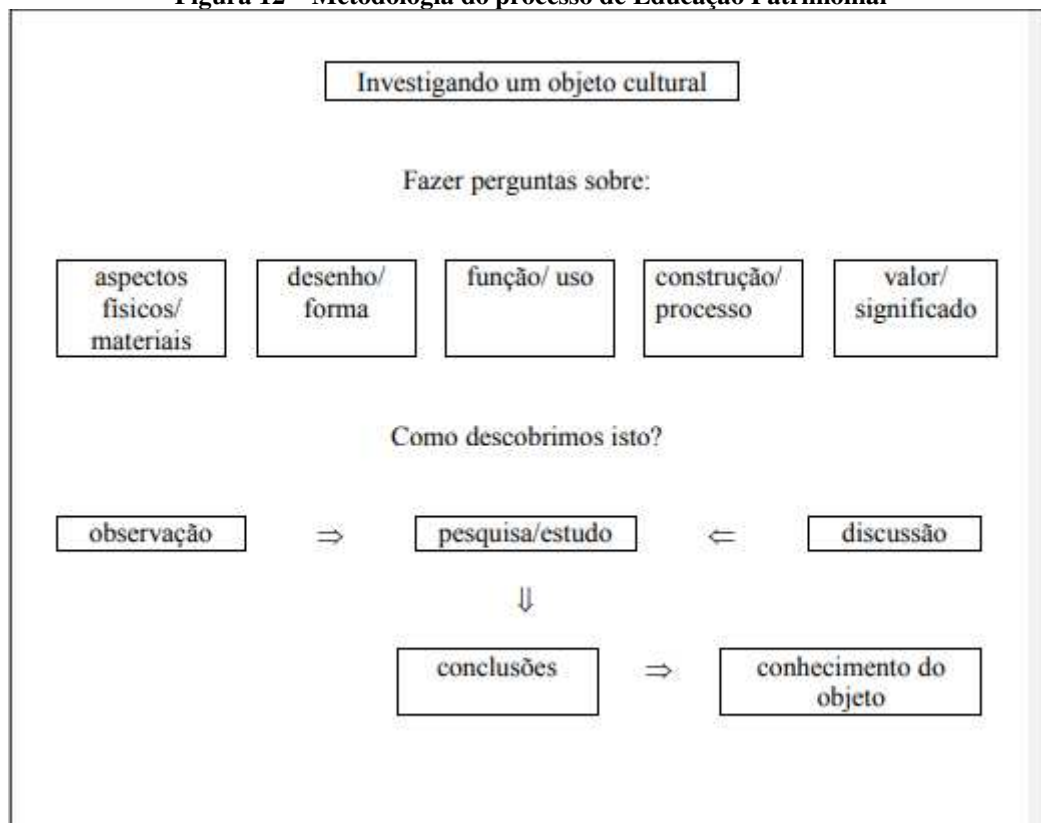
Contudo, para que ocorra esse processo, é preciso conhecer o objeto cultural, mas no sentido de preservar lugares, edificação e objetos pelo seu verdadeiro valor, e não apenas pelo ato sem fundamento. As políticas públicas, então, devem reforçar a associação dos bens

culturais com a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados (IPHAN, 2014).

Por isso, afirma-se que é essencial identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, motivando a participação dos sujeitos em todo o processo de preservação dos bens. Pode-se atribuir ao poder público a função de exercer a mediação entre o público e o patrimônio, criando canais de interlocução a fim de executar a escuta e a observação dos bens culturais (IPHAN, 2014).

Em função da cultura ser eminentemente dinâmica e por ser transmitida de geração em geração, a Educação Patrimonial deve partir de experiências e contato direto com a cultura para gerar criação cultural, aplicando, desse modo, a sua metodologia, que consiste em interpretar o objeto cultural para conhecê-lo. A respeito disso, a figura, a seguir, ilustra a metodologia do processo de Educação Patrimonial, segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

Figura 12 – Metodologia do processo de Educação Patrimonial



Fonte: Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 8).

Percebe-se que a metodologia desenvolvida requer uma estratégia de visibilidade, no sentido de que envolve um ato educativo com a finalidade de colaborar para dar sentido ao

vivido, ao construído e ao aprendido, para que seja estabelecido um vínculo verdadeiro com a identidade, memória e cidadania (IPHAN, 2011).

Portanto, compreende-se que a Educação Patrimonial envolve princípios e diretrizes que justificam a singularidade dos demais estilos de educação, tais como: o Patrimônio Cultural, os bens culturais, a comunidade e o processo de mediação inovador que une essa singularidade (IPHAN, 2014).

No mais, no próximo tópico, será desenvolvida a perspectiva da Educação Patrimonial dentro dos museus e de que forma essa educação é importante para a sociedade, visto que ela é complexa, mas parte de referências culturais locais (IPHAN, 2014) para complementar os processos sociais de maneira abrangente. A finalidade é que cada indivíduo da comunidade absorva o contexto local e a diversidade cultural que o cerca de forma crítica e reflexiva.

4.2 A prática educativa no espaço de memória como o museu

A princípio, é importante entender como a Educação Patrimonial foi revelada nas terras brasileiras. Desse modo, desde a criação do IPHAN, em 1937, buscava-se construir museus de caráter essencialmente pedagógico. Mario de Andrade, organizador das ideias que propiciou a criação do SPHAN — hoje, IPHAN —, foi fundamental para o desenvolvimento de atividades que apontassem para práticas e estratégias pedagógicas na relação dos museus com a cultura (IPHAN, 2014).

Entretanto, segundo o conceito do IPHAN (2014), a construção para a valorização da cultura local não foi fácil, pois apenas em meados da década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que essa questão foi abordada verdadeiramente. Sendo assim, o CNRC:

[...] propugnava a formulação de um sistema e coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira. (IPHAN, 2014, p. 7).

Em consonância, a Educação Patrimonial já estava ativa em outros países, como a Inglaterra. Essa prática foi apresentada no Brasil no “I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial, no Rio de Janeiro, em 1983 (IBRAM, 2014). Todo o percurso, até o momento relatado, pode ser sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Patrimonial no Brasil nos anos de 1937 a 2013

(continua)

ANO	EVENTO HISTÓRICO
1937	Criação do Iphan
1975	Criação do CNRC
1981	Criação do <i>Projeto de Interação</i> quanto as condições do trabalho educacional para fortalecer os estudos sobre diversidade cultural brasileira
1999	Publicação do <i>Guia Básico de Educação Patrimonial</i>

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Patrimonial no Brasil nos anos de 1937 a 2013

(conclusão)

2004	Criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (Geduc)
2005	“I Encontro Nacional de Educação Patrimonial”
2008	Realização da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais
2009	Realização do “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”
2011	“II Encontro Nacional de Educação Patrimonial”
2013	Realização do “Encontro ProExt – Extensão Universitária na Prevenção do Patrimônio Cultural – Práticas e reflexões”

Fonte: Adaptado de IPHAN (2014, p. 16-17).

Diante do quadro apresentado, observa-se que, a partir do ano de 1937, a Educação Patrimonial foi adquirindo o seu espaço no cenário brasileiro. Desde então, ocorreram algumas criações importantes para o seu fortalecimento, como a criação do CNRC, no ano de 1975, sob o comando de Aloísio Magalhães, o qual discutiu o sentido da preservação e da ampliação da concepção de patrimônio.

Percebe-se, por meio do quadro, que a criação da GEDUC, em 2004, a qual é a primeira instância da área central do IPHAN voltada para a Educação Patrimonial, incentivou discussões e debates ao longo dos anos seguintes, como o “Encontro nacional de Educação Patrimonial”, em 2005, que aconteceu nas escolas, nos museus e em outros espaços sociais, com o intuito de discutir parâmetros nacionais para a Educação Patrimonial.

Essas discussões tiveram as suas pautas inseridas nas Universidades, motivando a realização do “Encontro ProExt – Extensão Universitária na Prevenção do Patrimônio Cultural – Práticas e reflexões”, em 2013, na cidade de Ouro Preto. Esse encontro objetivou:

[...] aproximar coordenadores, professores e estudantes participantes de ações de extensão universitária contempladas pelo edital do Programa de Extensão Universitária (Proext) do Ministério da Educação (MEC) nos últimos quatro anos e voltadas para o Patrimônio Cultural das políticas do Iphan para a área. Pretende-se ainda avaliar o desenvolvimento da parceria com o MEC e com as Instituições de Ensino Superior (IES) no tema e traçar estratégias para o acompanhamento e

avaliação das ações de extensão universitária de modo a qualificar a apropriação dos resultados e a sua aproximação com as políticas institucionais do Iphan para o campo, contribuindo, também, para a consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. (PROEXT..., 2013, p. 1).

Nesse sentido, quando se fala sobre essas atividades bases na Educação Patrimonial no museu, é preciso ter o “desejo de ressignificação e antropofagia” (CHAGAS, 2013, p. 31), pois a Museologia e a Educação têm como principais eixos a memória, o patrimônio, a educação e o museu. Então, por serem temáticas afins, são consideradas condicionadas por meio da história social, tendo, assim, a necessidade de contextualizá-las (IPHAN, 2011).

A interação possibilita trocar conhecimento, principalmente na relação entre o ensino formal e não formal. A educação deve ser aberta às experiências advindas de várias áreas, tendo em vista que “as ações educativas têm um caráter contínuo e permanente e que não se esgota no âmbito escolar” (IPHAN, 2011, p. 23).

O espaço do museu propicia que a Educação Patrimonial gere resultados de uma teia de relações entre cultura, ciência e tecnologia; por conseguinte, ela necessita de um suporte fundamentalmente da “herança cultural” e deve ser vista como um processo de construção e reconstrução (IPHAN, 2011).

Por isso, afirma-se que:

A educação, portanto, alimenta-se da tradição, sendo este suporte essencial que lhe dá sentido, fornecendo a base necessária para construção e reconstrução do conhecimento. [...] A pesquisa, como princípio educativo, deveria ser, então o caminho a ser percorrido, no sentido de estabelecer uma relação efetiva entre educação e cultura, visando à apropriação à reapropriação e à criação de novos patrimônios culturais. (IPHAN, 2011, p. 24).

As atividades educativas no setor museal devem partir, principalmente, da pesquisa, segundo os estudos do IPHAN (2011). Logo, a Educação Patrimonial está em construção, apesar de ser um termo utilizado e estudado há algum tempo. Por estar em construção, a pesquisa possibilita que a área educacional e cultural, quando relacionadas, visem a trabalhar o patrimônio cultural que já existe, assim como buscar por novos.

A pesquisa torna-se importante também para refletir, visto que, conforme Pinheiro (2015, p. 200), resultados de estudos recentes apontam que é necessário repensar a Educação Patrimonial, no sentido de “refletir sobre o conjunto de bens que é apresentado como herança coletiva”. Isso, porque o Brasil tem uma grande diversidade cultural, porém poucas casas de memória abordam sobre as classes trabalhadoras e mais populares, ganhando vez apenas a elite.

Por meio das ações educativas, busca-se ampliar a visão cultural com a busca de uma “nova pedagogia”, a qual não se prenda apenas aos manuais, guias ou cartilhas, mas sim que procurem orientação no modo de fazer, no sentido de ter uma visão mais crítica do passado e da memória (PINHEIRO, 2015).

Dessa forma, busca-se construir “uma nova relação da população com o seu patrimônio, o que é, em essência, a busca da Educação Patrimonial” (PINHEIRO, 2015, p. 202). Trata-se de buscar uma construção educativa que não negue a relevância do passado, mas que proponha preservar a história e, ainda, olhar para outras tantas facetas da sociedade brasileira, para que todos se sintam pertencentes à cultura local.

Portanto, o setor museal e educacional tem papel fundamental de proporcionar uma nova visão para o patrimônio cultural, reconstruindo a memória histórica por meio das ações educacionais e desenvolvendo processos simples para incrementar a identidade do patrimônio local (COSTA; CUTRIM; CARVALHO, 2015; RODRIGUES, 2016).

4.3 O Museu dos Capuchinhos e suas práticas educativas

A área educativa nos museus é compreendida por Chagas (1994) como o resultado de uma relação intensa entre a museologia e o amor. Nesse sentido, o ato de adquirir, selecionar e preservar só tem sua função completa quando são desenvolvidas as funções sociais e educativas por meio da socialização dos bens culturais.

No eixo II estruturante do PNSM, na sua primeira e na segunda diretriz, orienta, respectivamente, para “fomentar ações educativas, a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social”, bem como “ampliar e fortalecer a função social dos museus, reconhecendo e identificando as relações entre coleções, comunidades, cidades, redes de pesquisa e cooperação técnica, fortalecendo a manifestação das identidades” (BRASIL, 2010, p. 15).

Desse modo, o museu dos Capuchinhos, situado no Convento de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís – MA, baseado nessas diretrizes, tem a intenção de buscar práticas educativas que proporcionem experiências socioeducativas geradoras de reconhecimento e valorização da história local. A curadora e administradora do museu dos capuchinhos é a maior incentivadora e colaboradora para que sejam realizadas as práticas educacionais, assim como a pesquisa aconteça na instituição.

A fomentação da relação entre museu e comunidade é de extrema importância para o início do desenvolvimento dessas práticas; por isso, é preciso “estimular as comunidades a

conhecer, recuperar e preservar seu patrimônio cultural” (BRASIL, 2010, p. 18). É por meio de um trabalho incessante da administradora, de sua equipe e de parceiros colaboradores que as experiências socioeducativas acontecem.

Durante a observação acerca do gerenciamento do museu, a primeira ação feita, pela equipe gestora, em uma atividade de visita-guiada, foi informar ao público o que é o museu da Igreja do Carmo e dos Capuchinhos, a fim de torná-los pertencentes ao local, assim como membros ativos dessa comunidade. Um dos grupos mais atingidos foio dos membros da ação social da “Casa do Pão”⁸, a qual ocorre na Igreja do Carmo.

Figura 28 – Oficina de música na “Casa do Pão”



Fonte: Araújo (2011).

Nessa ação, ocorrem oficinas de música, de restauração de peças do acervo do museu da instituição, entre outras atividades. Porém, uma das principais foi o reconhecimento do espaço pelos participantes do movimento da “Casa do Pão”.

Dessa forma, segundo os relatos da administradora do museu, os participantes desse movimento social contribuem de alguma forma na história da instituição, uma vez que eles estão inseridos ativamente na realidade desse local. Ela relata que o intuito dessas ações com os idosos da “Casa do Pão” surgiu devido a uma preocupação dela:

⁸ O Centro de Promoção Humana – Casa do Pão de Santo Antônio ocorre na igreja do Carmo e tem como principal objetivo ajudar idosos carentes nos diversos aspectos. Ocorrendo, assim, oficinas, distribuição de almoço etc.

Iraci Soares – Fizemos também com os idosos da “Casa do Pão”, devido ao meu incômodo de ver uma demanda de idosos na porta da Igreja sem ter noção do acervo que tínhamos aqui dentro do Museu. Então, começamos a guiar visitas na instituição para eles, explicando o motivo da coleção, o objetivo da mesma e de onde tinha pertencido, assim como a época que pertencia esse acervo (informação verbal)⁹.

Assim sendo, proporciona um sentimento de pertencimento, haja vista que, segundo a administradora, faz-se necessário trabalhar o pertencimento com a própria comunidade, porque essas pessoas vivem diariamente nesse espaço e podem verdadeiramente relatar para os demais membros da comunidade a importância do espaço de memória do Museu do Capuchinhos, uma vez que estão inseridos e são ativos nele.

Ainda de acordo com o relato da entrevistada, foi afirmado que, no início do projeto do Museu, ocorreram visitas de escolas comunitárias e de grupos de igrejas adjacentes à Paróquia Nossa Senhora do Carmo para conhecer o acervo. Ela acrescenta ainda que:

Iraci Soares – Particularmente, eu queria ter explorado mais, pois tínhamos projetos que não foram totalmente desenvolvidos como o “Baú Pedagógico”, que já foi montado em outros museus das Províncias de Ordem Capuchinha, no qual haviam [sic] hábito, vestimenta de coroinhas, batinas e outros objetos que as crianças usavam, vestiam e interagem (informação verbal).

Ocorreram também ações extramuros, indo até às escolas para não só mostrar como era o espaço do museu dos Capuchinhos, mas também para conhecer o que o corpo discente e docente entendia de museu. Assim, foram montadas exposições dentro de algumas escolas do Centro da cidade de São Luís, a fim de representar melhor o objetivo da visita.

Nesse momento do trabalho, faz-se necessário apontar algumas especificidades do Museu dos Capuchinhos para a compreensão do campo pedagógico, segundo o relato da entrevistada. O Museu dessa instituição religiosa partiu de uma reunião de peças, sendo assim um projeto de Museu. Ela destaca que não há um museu expográfico, e sim um projeto em que foi reunido o acervo para montar o roteiro pedagógico. Entretanto, por se tratar de um museu que tem funções elementares como de preservar e mostrar um patrimônio, ele por si só gera efeitos educativos (VALENTE, 2009).

Convém ressaltar, também, o fato de que o seu campo pedagógico não dispõe de uma equipe que possa auxiliar nessa área no Museu dos Capuchinhos. Em decorrência, tem-se a preocupação de receber escolas e fazer uma “visita robótica”¹⁰, no qual o aluno entra e não tem uma interação com o acervo. Maria Iraci Soares, a administradora do museu, relata que a

⁹ Informações obtidas por meio da entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2019.

¹⁰ Expressão utilizada pela administradora do Museu dos Capuchinhos, Iraci Soares.

importância da interação está no *feedback*, no retorno à instituição museal, pois a intenção é que as peças dialoguem com o público, uma vez que elas contam sobre o “estilo, a data, a época, o artista de um determinado local” (Iraci Soares, informação verbal).

Ainda sobre essa questão, Hooper-Greenhill (1994 apud VALENTE, 2009, p. 95) frisa que:

[...] existem dois tipos principais de abordagens comunicativas usadas nas exposições de museu: uma abordagem “transmissora” e uma abordagem “cultural”. Em linhas gerais, a abordagem transmissora entende a comunicação como um processo de envio de mensagens de uma fonte de informação para um receptor passivo. É uma comunicação linear, fechada, pode-se dizer autoritária também. Já em uma abordagem cultural, a comunicação é moldada por meio de um processo contínuo de negociação, o qual envolve os indivíduos que, a partir de suas experiências, constroem ativamente seus próprios significados. Estas duas constituem-se em concepções diferentes de comunicação.

No museu dos Capuchinhos, por ter uma exposição permanente, que recebe todos os tipos de públicos, esse diálogo precisa ser claro e objetivo, e não pode ficar “morto”¹¹. Inclusive, essa é uma das preocupações do projeto da instituição, afinal:

Iraci Soares – [...] como somos uma instituição privada, não podemos manter um quadro de funcionários como arte-educadores, o que seria adequado nas instituições. A maior preocupação é como fazer esse diálogo do acervo com o público na ausência dessa equipe, sendo esse um problema a nível nacional (informação verbal).

Portanto, percebe-se que, apesar da falta de uma estrutura setorial no que se refere à educação, o Museu dos Capuchinhos recebe escolas, pesquisadores e instituições para conhecerem o acervo religioso e a história dessa ordem religiosa que tanto contribuiu para a construção da cidade de São Luís, assim como para compartilhar conhecimento.

É possível, portanto, apontar algumas ações educativas que o museu dos Capuchinhos já organizou, além de ter participado de projetos junto ao Governo do Estado, ao Município, Feira do Livro, Semana de Incentivo à Leitura, ou seja, ações extramuros, bem como ações conjuntas nacionais como a Semana de Museus, Primavera de Museus. Para que seja “tentado articular para que o museu não só ganhe visibilidade, mas para que também venhamos a crescer para todos os lados” (Iraci Soares, informação verbal).

Nas fotos seguintes é possível perceber as visitas de crianças e jovens, e algumas atividades realizadas no espaço do referido Museu:

¹¹ Expressão utilizada pela administradora do Museu dos Capuchinhos, Iraci Soares.

Figura 29 – Visita de instituição escolar ao Museu dos Capuchinhos



Fonte: elaboração própria.

Figura 30 – III Campanha Estadual de Incentivo à Leitura



Fonte: elaboração própria.

A foto acima é referente a III Campanha Estadual de Incentivo à Leitura, na qual o museu dos Capuchinhos foi representado por estudantes de Pedagogia e pesquisadores que trabalham no museu, para desenvolver o projeto de leitura e abordar a história dos Capuchinhos no MA, assim com divulgar a instituição museal contida na Igreja do Carmo.

Figura 31 – Pesquisadora no Museu dos Capuchinhos



Fonte: elaboração própria.

Já na foto apresentada acima, é possível observar a pesquisadora e historiadora Jordana, no seu campo de pesquisa, que é o Museu dos Capuchinhos. Na perspectiva de Cury (2009, p. 278), a pesquisa no museu é uma forma de “produção de conhecimento que transcende o cotidiano institucional. Consiste em, a partir da definição de um objeto de estudo, construir conhecimento teórico museológico”.

A importância, portanto, de preservar esse museu, que serve de apoio para pesquisa e práticas educacionais, consiste em:

Iraci Soares – Olhando no próprio acervo da biblioteca e do arquivo, nós vemos a riqueza que a história e a Missão [Capuchinha] tem para com o Estado. Seria interessante que o espaço educativo fosse montado no sentido de interação com o público, para que esse espaço não ficasse “morto”, e que as pessoas pudessem usufruir de alguma forma. Eu tenho um sonho muito grande não só de organizar um setor educativo, mas também um espaço cultural em si, de um auditório digno, onde pessoas outras igrejas pudessem usufruir, pois sinto em São Luís essa carência de espaços. Eu acho que esse espaço educativo seria ideal [no museu] dos Capuchinhos, por ser uma congregação que tem uma história muito forte com a própria fundação de São Luís e que ainda estão presentes, apesar de serem poucos (informação verbal).

Por ser um museu que carrega a história de uma ordem religiosa que contribuiu para a fundação de São Luís, houve a necessidade de aprimorar os meios pelos quais são vinculadas as informações do museu, uma vez que a acessibilidade aos museus deve ser para além de uma logística física, mas envolver também um acesso atitudinal, cognitivo e afetivo. Em virtude disso, tem-se a necessidade da utilização da tecnologia para aproximar o acesso e a troca entre o acervo e o público (CHIOVATO, 2018). Nesse sentido, o Museu dos

Capuchinhos utiliza-sedas redes sociais para promover esse diálogo, como o *Facebook* e o *Instagram*, para noticiar os acontecimentos na instituição museal.

Observa-se, portanto, que o Museu dos Capuchinhos da Província Nossa Senhora do Carmo tem a responsabilidade de carregar a história de missionários que, para além de levarem os seus princípios da fé cristã católica, tiveram a participação na construção do histórico da cidade de São Luís. Apesar de não ter um corpo de profissionais na área da educação, há a preocupação de fazer um planejamento pedagógico para ações educacionais, a fim de levar o nome da instituição para outros lugares, bem como trabalhar nos próprios indivíduos da comunidade o sentimento de pertencimento do local e da sua história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou estudar as possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, em São Luís-MA, para práticas de Educação Patrimonial. Tendo em vista tal objetivo, descobriu-se que os museus e a prática educativa nessas instituições sofreram por processos lentos no país, em comparação a outros lugares do mundo. Mesmo assim, tornaram-se ferramentas indispensáveis para o diálogo entre educação e patrimônio cultural. O Estado impulsionou essa vertente de educação por meio da criação de políticas públicas e instituições no país como o SPHAN, que atualmente é o IPHAN e o IBRAM — os quais produzem estudos e diretrizes que geram debates sobre a temática.

Por meio do estudo de memória, especialmente, de memória coletiva e de patrimônio cultural, compreendeu-se a importância dos museus como espaço de memória e salvaguarda do patrimônio cultural. Levando em conta que a preservação da memória deve ser incentivada e democratizada na sociedade pelos profissionais científicos de instituições de memória, como no museu.

O *locus* dessa pesquisa foi o Museu dos Capuchinhos, localizado na Igreja do Carmo, em São Luís-MA, no qual se buscou identificar os métodos e as técnicas de organização das coleções de peças. Descobriu-se que tal museu tem o objetivo de salvaguardar as memórias missionárias da OFMCap, assim como preservar a história da Igreja do Carmo, a qual tem relação com a criação da cidade de São Luís.

Segundo o Frei Rodrigo (ARAÚJO, 2011), o museu dos Capuchinhos tem o objetivo de ser uma estrutura “viva” e “falante”, além de narrar a história da Igreja do Carmo, esta que contribuiu para a história de São Luís. As peças que fazem parte do acervo do museu contêm um valor que ultrapassa a sua estrutura física, pois conta com a documentação de uma história.

Nesse sentido, observou-se que, devido ao Convento do Carmo servir de palco para muitos órgãos do Governo, como o Corpo Policial de Segurança, a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e outros, é considerado, por Carvalho (2015), um verdadeiro “espaço de memória”.

Tendo em consideração o vasto acervo contido no museu (imagens, relicários, objetos religiosos, lápides, quadros, móveis, fotografias, entre outros), é necessário colocar em prática técnicas e métodos de organização da coleção a fim de melhorar o diálogo do público com as peças. Segundo Cândido (2006), a organização do acervo precisa atender às medidas técnicas

com clareza e exatidão, além da obediência às normas, para que seja garantida a integridade da informação.

Durante o estudo, descobriu-se que, na instituição museal capuchinha, estão ocorrendo alguns processos de organização, tais como o levantamento das peças, incluindo a elaboração do diagnóstico e da etiquetagem para elaboração de futuros documentos oficiais da Província Capuchinha.

Têm sido realizadas algumas técnicas de conservação e restauração nas peças de acordo com as suas características, bem como nas fotografias, retratando a missão dos capuchinhos e as pessoas que marcaram a história da OFM.Cap., com o objetivo de compor a futura fototeca da instituição.

Além disso, examinou-se, na organização do Museu dos Capuchinhos, as possibilidades de práticas educativas para a preservação do patrimônio cultural, com vistas à Educação Patrimonial. Entretanto, para iniciar a pesquisa, foi necessário entender o conceito de Educação Patrimonial e suas singularidades.

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a prática dessa vertente de educação tem como foco o Patrimônio Cultural, a fim de capacitar melhor a utilização dos bens culturais, propiciando a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural.

Pela vivência na pesquisa, percebeu-se que a metodologia da Educação Patrimonial deve estar pautada em alguns princípios e diretrizes como o Patrimônio Cultural, os bens culturais, a comunidade. O processo de mediação inovador une a singularidade, que envolve um vínculo verdadeiro com a identidade, memória e cidadania (IPHAN, 2011, 2014).

Sob esse prisma, cabe a importância da Educação Patrimonial nos lugares de memória e, sobretudo, nos museus, uma vez que o processo de musealização incorpora atividades bases como preservação, pesquisa e comunicação. A atividade comunicativa, com base em Ribeiro¹² (SALADINO, 2013, p. 39), tem a finalidade de interagir com o público, podendo adentrar nas práticas educativas na instituição de memória como o museu.

A comunicação proposta pelo autor faz parte das práticas educativas que devem ser exercidas no museu — e, como foi observado durante a pesquisa, na instituição museal dos Capuchinhos não é diferente, pois as práticas educativas estão voltadas primeiramente para a comunicação dentro da própria instituição, a exemplo da ação com os idosos da “Casa do Pão”.

¹² Em entrevista concedida à Alejandra Saladino, da *Revista do Professor*, em 2013.

Segundo Soares (2019), é importante trabalhar o sentimento de pertencimento nos próprios profissionais e membros do local, isto é, a comunidade, a fim de que esse sentimento de pertencimento ultrapassasse os muros do museu para outras instituições e outros indivíduos.

Nesse sentido, ocorreram ações extramuros em escolas e outras paróquias, para divulgar o Museu dos Capuchinhos e saber a compreensão do público acerca do museu, proporcionando um diálogo entre educação e cultura. Mas o Museu dos Capuchinhos é uma instituição privada e, no momento, não tem condições de manter um quadro de funcionários como arte-educadores; por isso, uma das maiores preocupações é manter um diálogo claro e objetivo.

Apesar dessa situação, a instituição museal Capuchinha recebe escolas e faz parcerias com órgãos do governo do Estado, como a Feira do Livro, a Semana de Incentivo à Leitura, além de ações conjuntas nacionais como a Semana de Museus, Primavera de Museus etc. Tais ações são realizadas, nas palavras da entrevistada (Iraci Soares, informação verbal), “para que o museu não só ganhe visibilidade, mas para que também venhamos a crescer para todos os lados”, além de oportunizar a pesquisadores o desenvolvimento de estudos nesse espaço, no sentido de estudar a história que ali está inserida, assim como as técnicas que são exercidas.

O Museu dos Capuchinhos tem a responsabilidade de carregar consigo uma história missionária que vai ao encontro da história de São Luís; em razão disso, torna-se tão importante salvaguardá-la e construir um sentimento de pertencimento. Assim, por meio das pesquisas publicadas sobre a temática ou as ações desenvolvidas na instituição e fora dela tem a intenção de propagar uma parte da história que também faz parte da história nacional e local.

Particularmente, essa experiência contribuiu para o aprofundamento da temática em vários âmbitos, além da divulgação do espaço museal como cenário para desenvolvimento do profissional da educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memórias e patrimônios**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ARAÚJO, Frei José Rodrigo de. [Frei Rodrigo]. **Museu da Igreja do Carmo e da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo**. São Luís: Igreja Nossa Senhora do Carmo, 2011.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto de 6 de junho de 1818. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Santa' Anna que mande comparar e incorporar aos proprios da Corôa. In: BRASIL. **Collecção das leis do Brazil de 1818**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 5 out. 2019.

BRASIL. **Plano nacional setorial de museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

BRASIL. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016. p. 6. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p. 31-90. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de. O Convento do Carmo: um “lugar de memória” uno e múltiplo no Centro Histórico de São Luís-MA. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427673503_ARQUIVO_ARTIGO_PARA_A_DISCIPLINA_TOPICOS_ESPECIAIS_DEHISTORIAII.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Museus e turismo: uma relação delicada. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--257.pdf>. Acesso em: 6 out. 2019.

CHAGAS, Mário. Nem Batman nem Coringa: o caminho do meio nos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, maio 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/538>. Acesso em: 8 out. 2019.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 27-31.

CHAGAS, Mário. Ministério da Cultura. **República em documentos**. Rio de Janeiro: MinC, Museu da República, 2018a. Disponível em: http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/republica-em-documentos_Compromisso_digital.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

CHAGAS, Mário. Seminário 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas (a partir da museologia social) para os museus no Brasil contemporâneo. *In*: LEMOS, Eneida Braga Rocha de; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (org.). **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ibram, 2018b. p. 307-326.

CHIOVATO, Mila. Alguns comentários finais acerca do panorama museal brasileiro. *In*: LEMOS, Eneida Braga Rocha de; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (org.). **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ibram, 2018. p. 351-359.

COSTA, Maurício José Moraes. CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. A Educação Patrimonial como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e informacional na Biblioteca Pública

Benedito Leite de São Luís, Maranhão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 180-193, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1186>. Acesso em: 8 out. 2019.

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. *In*: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, 1., 2009, Porto. **Anais eletrônicos** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2009. p. 260-279. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8132.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e conservação em museus. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p. 107-134.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de antropologia e etnologia**, Porto, v. 41, n. 1/2, p. 23-32, 2001. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. *In*: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1991, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo. [s.n.], 1991.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em números**. Brasília: Ibram, 2011. v. 1. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus e turismo**: estratégias de cooperação. Brasília: Ibram, 2014. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_e_Turismo.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em: 5 out. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceito e processos. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: orientações ao professor. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 19-32.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em:

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al.* Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em ação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 39-49, nov. 2010. Disponível em: http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. *In*: PINHEIRO, Adson Rodrigo(org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor, Iphan, 2015.

MELLO, Maria Aparecida; CAMPOS, Douglas. **As linguagens corporais e suas implicações nas práticas pedagógicas: cultura, corpo e movimento**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

NOELLI, Francisco Silva. Educação Patrimonial: relatos e experiências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1413-1414, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a educação**. São Paulo: Autêntica, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 out. 2019.

PINHEIRO, Adson Rodrigo (org.). **Caderno do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor, Iphan, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em:

PROEXT – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013, Ouro Preto. **Educação patrimonial** [...]. Ouro Preto: Iphan, 2013. Tema: Práticas e reflexões. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20-%20Festival%20de%20Ouro%20Preto%20e%20Mariana%202013.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

RANGEL, Marcio Ferreira. A cidade, o museu e a coleção. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3301>. Acesso em: 8 out. 2019.

RODRIGUES, Ronaldo André. Patrimônio, memória e cultura: a educação patrimonial como instrumento de valorização do patrimônio industrial. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1-22, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/38753>. Acesso em: 17 out. 2019.

SALADINO, Alejandra. Fala, professor: Carlos Alberto Santos [e] Diego Lemos Ribeiro. **Revista do Professor: Museu da República**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 38-41, 2013.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmicoprofissional**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/108/119>. Acesso em: 17 out. 2019.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. Educação e museus: a dimensão educativa do museu. *In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Museu e museologia: interfaces e perspectivas/museu de astronomia e ciências afins*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 83-98.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife: Rêspel, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BRUNNA MACIEL DE CARVALHO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas.

São Luís

2019

1 INTRODUÇÃO

O presente roteiro de entrevista tem a intenção de colaborar na área acadêmica, por meio do trabalho monográfica, intitulado **A Educação Patrimonial: um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas**, da aluna Brunna Maciel de Carvalho sob a orientação da professora Dr.^a Maria Goretti Cavalcante de Carvalho. Será apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Maranhão.

A educação patrimonial, eixo temático deste projeto, oferece um significado mais abrangente, prático e social do que se costuma observar em uma educação formal. Segundo Horta (1991), este tipo de educação pode ser tratado como um processo sistemático e permanente, no qual é centrado no Patrimônio Cultural, de forma que a prática pedagógica seja baseada em questionamentos, experiências, com vista aos conceitos e conhecimentos.

O museu, uma das instituições de memória mais conhecidas pela sociedade, tem a função de salvaguardar os bens culturais, assim como, segundo a Política Nacional de Museus, democratizar o acesso aos bens culturais, contando com uma gestão democrática para facilitar o diálogo entre acervo e a sociedade (BRASIL, 2007).

O desenvolvimento da pesquisa, ronda-se na seguinte problemática: de que forma os museus, tomando como exemplo o Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, têm criado situações para que haja diálogo entre o acervo disposto e o público à luz da Educação Patrimonial?

Nesse sentido, busca-se na realização dessa entrevista verificar com os agentes colaboradores do Museu dos Capuchinhos, como administradores, colaboradores, entre outros, suas principais atividades para prática de Educação Patrimonial, e de que forma as mesmas são desenvolvidas.

2 ENTREVISTA

- 1) Como você compreende a influência que as ações educativas têm em uma instituição de memória?**
- 2) Como você acha que deve ser feito o diálogo entre o acervo e o público visitante?**
- 3) No Museu dos Capuchinhos, há práticas educativas? Se sim, como elas são desenvolvidas?**
- 4) Enquanto gestor colaborador, você acha importante as ações educativas nessa instituição? Por quê?**

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CARO (A) SENHOR (A)

Estou realizando uma pesquisa de conclusão de curso da graduação. Intitulada A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: um estudo das possibilidades de acesso e utilização no Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, para práticas educativas. O presente estudo tem o propósito de analisar de que forma os museus, tomando como exemplo o Museu dos Capuchinhos, no Convento do Carmo, têm criado situações para que haja diálogo entre o acervo disposto e o público à luz da Educação Patrimonial.

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita e considerada para fins de pesquisa acadêmica.

Venho convidá-lo(a) a participar voluntariamente da pesquisa. Sua participação é opcional, podendo não aceitar participar ou desistir em qualquer fase dela, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UEMA ou qualquer outra instituição envolvida.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o e-mail do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Brunna Maciel (graduanda em Pedagogia) pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Email bru_maciel@outlook.com, Tel (98) 98497-8670.

Eu aceito participar voluntariamente da pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecida.

_____, 29 de outubro 2019.

Maria Inaci Gomes Monteiro

Assinatura do participante

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista

Entrevistadora: Brunna Maciel de Carvalho

Entrevistada: Maria Iraci Soares Monteiro

Data da entrevista: 29 de outubro de 2019

Como você compreende a influência que as ações educativas têm em uma instituição de memória?

Pensando pela visão do público, é muito relativo quando a gente vai montar um espaço, principalmente quando se trata de um acervo particular, porque eu acervo particular até 10 anos ou 5 anos atrás ele era considerado como gabinetes de curiosidade onde reunia tudo e todos e todos queria aparecer de forma que só trazia o objeto e é como a gente ver o nosso museu.

Quando eu comecei a ler sobre educação museal eu vi que é algo tudo muito novo né, então assim não tem nada formal sobre educação museal, mas aí a partir do momento que a gente vai conhecendo o acervo da instituição e a gente vai vendo que tudo é educativo, mas que tudo precisa de um olhar profissional, né. Eu acho que de tanto da parte administrativa da instituição como do próprio visitante, eu falo por mim porque eu aprendi muito com muitos visitantes mais do que eu passei. Porque quando eu iniciei aqui eu não conhecia a história dos Capuchinhos, então eu acho que é uma troca de saberes, porque quando você vai visitar um museu específico, no caso Museu religioso ou no espaço religioso você tem um público específico e esse público ele vem com uma bagagem muito grande. Então eu acho que se a instituição tivesse um espaço pedagógico educativo mais atraente ambos tinham muito a ganhar, no sentido de que não só o espaço tem a oferecer, mas eu acho que a troca de saberes é muito fundamental.

Como você acha que deve ser feito o diálogo entre o acervo e o público visitante?

Tudo é uma questão pedagógica, um roteiro pedagógico. Nós começamos a reunir peças, uma vez que é um projeto de Museu. Não temos um Museu expográfico, e sim um projeto onde reunimos o acervo para montar esse roteiro pedagógico. O Museu recebe escolas, e particularmente não sou a favor de trazer um grupo de escola para “entrar por entrar” no museu ou uma fazer uma “visita robótica”, no qual o aluno entra e não tem uma interação com o acervo. A importância da interação com o acervo está no *feedback*, no retorno ao Museu, pois a partir do momento que eu visito uma exposição permanente que dialoga comigo, eu irei retornar. Através da peça pode-se contar sobre o estilo, a data, a época, o artista de um determinado local, e então é preciso ter um olhar mais apurado. Mas quando se trata de uma exposição permanente, que recebe todos os tipos de públicos, esse diálogo precisa ser claro e objetivo, e também não pode ficar “morto”. Inclusive, essa é uma das preocupações do nosso projeto, afinal, como somos uma instituição privada, não podemos manter um quadro de funcionários como arte-educadores, o que seria adequado nas instituições. A maior preocupação é como fazer esse diálogo do acervo com o público na ausência dessa equipe, sendo esse um problema a nível nacional.

No Museu dos Capuchinhos, há práticas educativas? Se sim, como elas são desenvolvidas?

Já trabalhamos algumas práticas educativas. Quando eu comecei a ler sobre as ações educativas dos museus brasileiros achei interessante, pois algumas instituições traziam as crianças para dentro que interagiam com o acervo no sentido de desenharem, relatarem e tirarem conclusões do que eles entendiam através daquela arte.

E eu costumo dizer aos Freis do Convento que temos a “faca e o queijo na mão”, porque temos escolas comunitárias, o público da igreja e ações sociais nos quais podemos trabalhar. No início eu comecei a trabalhar com 75 crianças de escolinhas comunitárias e também visitamos algumas igrejas adjacentes à essa Paróquia, e trouxemos grupos dessas igrejas, como o Terço Mirim, grupo do Catecismo, de Crisma para dentro do Museu a fim de que explorassem o acervo. Particularmente eu queria ter explorado mais, pois tínhamos projetos que não foram totalmente desenvolvidos como o “Baú Pedagógico” que já foi montado em outros museus das Províncias de Ordem Capuchinha, no qual haviam hábito, vestimenta de coroinhas, batinas e outros objetos que as crianças usavam, vestiam e interagiam. Chegamos a fazer ações extramuros, indo até às escolas para não só mostrar como era o nosso espaço, mas também conhecer o que eles entendiam como museu montando exposições dentro das escolas. Em uma das primeiras ações educativas que fizemos, montamos um memorial da construção de uma escola comunitária, no bairro do Alto do Pinho, com a ajuda de professores que foram alunos dessa escola. Fizemos também com os idosos da “Casa do Pão”, devido ao meu incômodo de ver uma demanda de idosos na porta da Igreja sem ter noção do acervo que tínhamos aqui dentro do Museu, então começamos a guiar visitas na instituição para eles, explicando o motivo da coleção, o objetivo da mesma e de onde tinha pertencido, assim como a época que pertencia esse acervo. É necessário trabalhar essa questão do pertencimento com a própria comunidade, porque a maior propaganda do museu depende das pessoas vivem diariamente nesse espaço.

Enquanto gestor colaborador, você acha importante as ações educativas nessa instituição? Por quê?

É tão importante e uma missão tão grande, apesar da gente não tem um setor específico educativo, mas já trabalhamos muitas dessas ações educativas, além de termos participado de projetos junto ao Governo do Estado, junto ao Município, Feira do Livro, Semana de Incentivo à Leitura, ou seja, essas ações extramuros, bem como ações com Juntas Nacionais como a Semana de Museus, Primavera de Museus, etc. Tudo isso temos tentado articular para que o museu não só ganhe visibilidade, mas para que também venhamos a crescer para todos os lados.

Olhando no próprio acervo da biblioteca e do arquivo, nós vemos a riqueza que a história e a Missão [Capuchinha] tem para com o Estado. Seria interessante que o espaço educativo fosse montado no sentido de interação com o público, para que esse espaço não ficasse “morto”, e que as pessoas pudessem usufruir de alguma forma. Eu tenho um sonho muito grande não só de organizar um setor educativo, mas também um espaço cultural em si, de um auditório digno, onde pessoas outras igrejas pudessem usufruir, pois sinto em São Luís essa carência de espaços. Eu acho que esse espaço educativo seria ideal [no museu] dos Capuchinhos, por ser uma congregação que tem uma história muito forte com a própria fundação de São Luís e que ainda estão presentes, apesar de serem poucos.